

SESSÕES DO PLENÁRIO

25ª Sessão Extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 01 de julho de 2008.

PRESIDENTE: DEP. JAVIER ALFAYA “AD HOC”
1º SECRETÁRIO: DEP. GILDÁSIO PENEDO FILHO “AD HOC”
2º SECRETÁRIO: DEP. J. CARLOS “2º VICE-PRESIDENTE”

À hora marcada verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Arthur Oliveira Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Fábio Santana, Fátima Nunes, Ferreira Ottomar, Fernando Torres, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldito Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J.Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Roberto Muniz, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica, Zé das Virgens e Zé Neto (57).

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar os projetos de lei nºs 17.283/2008 e 17.261/2008, ambos de autoria do Poder Executivo.

Não há expediente a ser anunciado.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Pequeno Expediente.

Não há oradores inscritos.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Grande Expediente.

Não há oradores inscritos.

Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PCdoB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, V.Ex^a estava inscrito para falar.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Pode conceder a palavra a qualquer um dos companheiros da Bancada.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PMN, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o representante do PTN, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Por todo o tempo, falará o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, teleouvintes da *TV Assembléia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, senhoras e senhores que representam os serventuários das Justiça presentes a esta sessão, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que quem dá quórum para a sessão é o governo. Os senhores viram que, mesmo com a nossa presença, o governo colocou apenas 8 parlamentares no Plenário. Isso é uma coisa a se registrar.

Há pouco, fui entrevistado por uma emissora de televisão e uma de rádio e me perguntaram o que achei do primeiro semestre nesta Casa. Todos sabem que tenho 5 mandatos parlamentares nesta Casa. Respondi que foi um primeiro semestre positivo, mas que, infelizmente, a Bancada do governo não debateu com a Oposição. Nós tivemos um primeiro semestre rico, porque uma Oposição só é forte quando o governo é fraco. E a Oposição nesta Casa, apesar de ter um número pequeno de parlamentares, colocou-se de uma forma não radical, não sectária.

Quero dizer ao nobre deputado Bira Coroa que nos 17 anos em que estou aqui nunca vi um líder sindicalista não ser recebido nesta Casa. Tenho-lhe uma consideração muito grande, deputado Bira Coroa, mas só se isso aconteceu antes de eu entrar aqui, porque eu nunca vi um líder sindical ter sua entrada e permanência impedidas aqui. Eu acho que o deputado Bira deve reavaliar o que disse.

Por outro lado, ouvi atentamente as palavras do Líder do governo a respeito das declarações da Exm^a Sr^a Primeira-Dama, D. Fátima, desfazendo - os senhores foram testemunhas, e os teleouvintes também - das ex-primeiras-damas do Estado.

Eu trabalhei por muitos anos com várias primeiras-damas quando era da LBA. Comecei na instituição como estagiário de Medicina até chegar a assumir o cargo de superintendente, e saí para me candidatar ao cargo de deputado, em 1990. Trabalhei com diversas primeiras-damas, como D. Yolanda Pires, D. Yeda Barradas, D. Arlete. Depois, já como deputado, tive a honra de trabalhar com a Sr^a Isabel Souto, com Tércia Borges, com Márcia Imbassahy, com a esposa de Otto, também Márcia, e todas, mulheres de perfil que

desenvolveram nas Voluntárias Sociais um trabalho de registro, mas não se imiscuíam, por uma questão ética, nos problemas políticos nem administrativos do governo. Acredito que elas desempenharam um papel muito importante na área social. Muito importante!

Quando a Exm^a Sr^a Primeira-Dama ataca, como aconteceu recentemente, chamando os deputados que aderiram ao governo usando nomes que não vou citar desta tribuna, porque não é meu perfil, e agora também numa convenção política em Lauro de Freitas, deputado Roberto Muniz, que será o futuro prefeito, ataca o seu partido, ataca o governo, ela não está agindo de uma forma serena, como primeira-dama. Ela prejudica o seu esposo. Mas ele disse que ela é independente, fala o que quer. Então, cada um administra a sua casa de acordo com a sua maneira de pensar. Não sou machista, mas acredito que a primeira-dama extrapolou naquela entrevista que deu à Revista Metrópole e também extrapolou agora, recentemente.

Como o deputado João Carlos Bacelar colocou aqui, foi muito claro, o governador, isso está acontecendo no interior, não sabe quem apóia. Apóia Imbassahy, apóia João Henrique, apóia Walter Pinheiro, o companheiro, correligionário, militante. Quem ele apóia? Qual é a ideologia? Qual é o programa do seu candidato? É o do Walter Pinheiro? Então ele não pode ficar em cima do muro. Na vida, como na política, você não pode ficar em cima do muro. Você tem que tomar uma decisão. Você não pode ser oportunista.

Acredito que ele poderia, de forma ética, se abster, ficar fora do processo. Nós vamos fiscalizar. Vamos fiscalizar o governo para que ele não use o dinheiro como usou agora no São João e no São Pedro. A nossa assessoria já está fiscalizando como foram aplicados os recursos pela Bahiatursa no São João. A nossa assessoria já está avaliando como fica essa situação.

Então, na verdade, o que o governador precisa... Soube que outro diz ele fez um comentário numa reunião de que estaria preocupado com a segurança da Bahia. Tem que estar mesmo, mas ele não fala isso. Vai ao programa na Rádio Metrópole, às terças e quintas-feiras, “Falando com o governador”, ou “Café da manhã com o governador” ou uma coisa dessa, falar baboseira, não fala coisa com coisa. Ele deveria responder essa matéria da *Tribuna*: “*Traficantes declaram guerra e caçam PMs*”. Ele deveria responder, mas não responde, deputado J. Carlos. Ele não responde sobre o problema da fila e da morte de pacientes na porta dos hospitais. Ele não responde sobre a morte de jovens negros e moradores da periferia que são chacinados. Morre-se aqui num fim de semana mais gente do que no Iraque. Ele não responde nada. Ele não responde sobre os problemas da educação. Tivemos um ano letivo perdido no ano passado. Não houve reposição de aulas. Ele não responde por que estamos perdendo incentivos fiscais, e as empresas já começaram a demitir. Várias empresas de amigos meus já estão demitindo. Ele deveria responder isso, mas não responde.

Visitei mais de vinte municípios neste fim de semana, da semana de São João para cá. Não vi uma obra do Sr. Governador. Estou preocupado com os deputados da base aliada. Os senhores estão numa sinuca de bico, numa saia justa, porque como é que vocês vão fazer? Não têm mais assembleia de sindicato para falar, deputado Javier, porque se forem lá vão ser vaiados, se forem na assembleia dos professores, dos policiais, vão ser

vaiados. Na assembléia dos serventuários não, porque são pessoas assim que não vão vaiar, mas deveriam vaiar também.

Então, na verdade o que precisamos... O deputado Gildásio Penedo colocou aqui claramente que nós só vamos votar a LDO depois de votarmos o plano de cargos e salários dos servidores da Justiça. (Palmas)

Deputado Zé Neto, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, V.Exª fez um discurso aqui um pouco nervoso, é natural, estavam acostumados a ir para as assembléias e dizer para os servidores...

(Soa o alarme eletrônico.)

O Sr. HERALDO ROCHA:- Já vou concluir, deputado Javier. Dê-me só segundos.

O Sr. PRESIDENTE(Javier Alfaya):- Seu tempo ainda não acabou, excelência. **O Sr. HERALDO ROCHA:-** Não, 29, 23, 22, o senhor já me tomou 10 segundos, 20 segundos. V.Exª deu um tempo ao deputado Bira Coroa que tinha direito a 5 minutos e a mim o senhor não dá 10 segundos, deputado?

O Sr. PRESIDENTE(Javier Alfaya):- Está rolando o seu tempo.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Ora, V.Exª vem a esta tribuna... Vou deixar V.Exª vir a esta tribuna, deputado...

Quero dizer o seguinte, deputado Zé Neto...

Sr. Presidente, dê-me um segundo.

O Sr. PRESIDENTE(Javier Alfaya):- Um segundo é impossível, excelência. V.Exª quer 15 segundos, porque um segundo eu não posso lhe dar, um segundo? Eu lhe darei 15 segundos, porque em um segundo ninguém fala. V.Exª tem 15 segundos, por favor, deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Só vamos votar a LDO depois de votarmos o plano de cargos e salários. Pronto, acabou!

O Sr. PRESIDENTE(Javier Alfaya):- V.Exª pode ficar fazendo provocações contra a Mesa. Sempre houve o respeito quando eu estava lá em baixo em relação a qualquer um de V.Exª s quando estava aqui na presidência. Então não tem sentido as queixas de V.Exª. Vou desconsiderar o que V.Exª tem falado aí.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Javier Alfaya):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PDT/PRTB/PSC para falar ou indicar o orador pelo empo de 8 minutos, por favor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 8 minutos o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE(Javier Alfaya):- Com a palavra o deputado Zé Neto por 8 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, senhoras e senhores. Primeiro, deputado Heraldo, eu não estava nervoso não. Eu fiz o movimento sindical. Quem bem sabe o que é sindicalismo é quem está aqui, hoje, fazendo o que tem que ser feito, dando a pressão legítima. E depois de uma decisão da assembléia o caminho é esse, discutir o mérito é outro

papo. Agora, discutir a legitimidade não. Eu sei exatamente essas regras porque vivi e venho dos movimentos sociais e me orgulho disso. Tenho clareza do quanto a gente precisa, às vezes, radicalizar para encontrar as saídas.

O que é bom é que, há pouco, encontrei ali Zezé e o diálogo está fluindo novamente. Acho que esta é que a grande sacada. E temos a certeza de que... Ora se eu não tivesse a liberdade de vir aqui e na hora em que eu estivesse retado também colocar o que eu penso, não valeria a pena, a vida toda entregue às movimentações e às construções que são tão difíceis para nós do povo. Então estou muito tranquilo. Acho que as coisas estão começando a chegar no ponto que a gente queria que é o ponto do diálogo, o ponto do debate, que infelizmente deveria ter acontecido com mais antecedência.

Neste instante, as coisas estão andando. Tenho certeza de que temos a possibilidade, Javier, nós que nos conhecemos desde o movimento estudantil. Você ainda tinha cabelo, era um cara... E hoje está aí. Temos aqui o Bira Coroa que era do curso de Biologia, você era do curso de Arquitetura e eu do curso de Direito. Nós construímos a vida toda essa obra que, acho que evidentemente os olhos do deputado Heraldo não vão enxergar. O deputado Heraldo falou agora há pouco que não vê obra do governo Wagner. É muito difícil um deputado como Heraldo Rocha ver, com todo o respeito que tenho-lhe, pois vem de uma outra cepa muito diferente, vem de uma outra origem muito diferente, e vem de outros valores que não são os que nortearam nossa vida.

Acho que a grande obra do governo Wagner é ver esta Casa, por exemplo - e digo que não só do governo Wagner, mas deste Poder Legislativo que, hoje, hegemonicamente, apóia este governo -, repleta de trabalhadores, com o respeito que merecem até mesmo quando partem para cima da Bancada do governo como partem, às vezes, com muita, eu diria, intimidade até conosco, deputados, porque de nós têm o respeito. E nesses movimentos todos temos vivência, a exemplo dos deputados Javier Alfaya, Álvaro Gomes e Waldenor Pereira, enfim, todos que fazem parte da construção do dia-a-dia.

Estamos aqui muito à vontade para dizer que o nosso governador, que o nosso governo tem, sim, a obra mais importante da história da Bahia, que é a obra que, definitivamente, mandou por água abaixo a história do “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. A história é outra. Na verdade, hoje, a história é: “organiza quem pode, participa quem tem consciência”. E essa é a construção, deputado Heraldo, que já mostrou o que veio fazer na Bahia.

Quanto às obras, V.Ex^a há de convir que são quase 6 bilhões de investimentos. Do começo do governo até o ano que vem vamos chegar a 400 milhões, dinheiro já totalmente disciplinado no que tange às liberações, e todos os contratos serão assinados. Só do PAC, V.Ex^a há de convir, são quase 2 bilhões.

E no saneamento, V.Ex^a, que é médico, sabe da importância, por exemplo, de se pegar uma cidade como Feira de Santana e ampliar de 30% para 85% a cobertura de esgotamento sanitário. E também de se chegar à Baía de Todos os Santos e investir em saneamento como nunca se investiu.

É preciso lembrar, deputado Heraldo, quando fazemos saneamento... Nessa semana vi numa pesquisa, inclusive, o secretário Jorge Solla colocou isso de público, que os dois

pontos mais importantes para a redução da mortalidade infantil são: saneamento básico e a alfabetização das mães. E aqui, na Bahia, encontramos 1 milhão e 200 mil baianos analfabetos. E no interior, especialmente, já temos quase 200 mil companheiras e companheiros nossos que eram analfabetos e saíram da escuridão e que podem agora, no mínimo, ler a bula do remédio do filho que está com qualquer dificuldade de saúde. Mas não é só isso, saneamento é o grande investimento. É por isso que estamos investindo em infra-estrutura e saneamento neste Estado. É muito difícil V.Ex^a perceber.

Como é muito difícil V.Ex^a perceber que pela primeira vez na história deste Estado vamos fazer o que Lula faz. Pela primeira vez porque inauguramos um novo tempo no Brasil e estamos inaugurando um novo tempo na Bahia: nós trouxemos a transparência. E não é fácil, deputado - encontramos a Cesta do Povo com 620 milhões de rombo; na Bahiatursa, mais de 250 milhões de rombo -, botar o carro nos trilhos e fazer a PGE funcionar, porque não funcionava adequadamente, para passar pelo crivo legal todas as contas e depois levá-las para a internet. A qualquer momento qualquer criança, qualquer cidadão baiano, qualquer cidadão no mundo tem acesso às contas que eu, como deputado, levei 4 anos com ações na Justiça para obter uma senha, deputado Heraldo.

V.Ex^a não vai enxergar essa obra, porque ela, aos olhos de V.Ex^a, não é importante. Porque essa obra, aos olhos V.Ex^a e de outros tantos, não tem importância, porque não foi isso que norteou os ganhos políticos que V.Ex^{as}, que fazem parte, hoje, da Bancada de Oposição, obtiveram nesses anos todos de demora pela perspectiva do povo.

Mas estamos a construir. E temos certeza, em relação à presença dos trabalhadores e trabalhadoras da Justiça aqui hoje, que haveremos de encontrar a saída, que é a saída da harmonia. Mas essa harmonia, deputado Heraldo, na democracia não existe apenas no mando, ela existe a partir do processo de debate.

E nós reclamávamos há pouco, colocando com clareza, que talvez nos tenha faltado mais debate, mais antecedência nos diálogos e mais possibilidade de se ter transparência nos números e convicção do que este Estado pode fazer para não atropelar as contas públicas. Há neste momento uma retomada do diálogo e no rumo da construção de uma saída.

E podem ter certeza aqueles que nos visitam hoje de que de nossa parte, da Bancada do governo, especialmente da Bancada do PT, há toda uma iniciativa e perspectiva positiva em encontrar esse ponto que levará ao acordo e à conclusão definitiva desse problema, saindo daqui, se Deus quiser, com a solução de uma demanda legítima e que merece nossa atenção.

No mais, deputado Heraldo Rocha, essas construções estão acontecendo muito mais rápido do que V.Ex^a pensa. Peço a V.Ex^a que, de vez em quando, dê uma acessada na Secom, ou até mesmo no nosso site: www.zeneto.com.br, que faço questão de colocar as realizações que estão sendo feitas pela Bahia a fora. Mas temos o cuidado de não fazer dessa uma construção de cimento, mas uma construção também de sentimento, ideologia e perspectiva de uma Bahia livre, soberana, que possa trazer realmente melhores dias para o seu povo.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Deputado Zé Neto, para esta Presidência é muito importante a informação que V.Ex^a trouxe, quando disse que está em curso uma negociação entre a liderança do Sinpojud e o nosso governo.

O Sr. ZÉ NETO:- Há alguns dias, o nosso Líder, deputado Waldenor Pereira, tem colocado todo o seu empenho nesse processo de diálogo, conversamos há pouco com Zezé e digo que melhorou o nível porque parecia que não nos conhecíamos, e nós nos conhecemos, sabemos das nossas responsabilidades, da importância que o sindicato tem nesse momento e também temos, acima de tudo, maturidade para enfrentar as dificuldades, e é no atrito, no debate, no conflito, que fazem parte do processo democrático, que encontramos a luz, e acho que essa luz está mais próxima do que pensamos.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Muito obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Concedo a palavra ao Líder do governo ou ao Líder do Bloco Parlamentar PR/PSB pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Concedo a palavra ao Líder do governo ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Concedo a palavra ao Bloco Parlamentar PP/PRP pelo tempo de até 8 minutos.

A Bancada Independente não está presente à sessão. Não há orador, pois não há ninguém presente para responder pelo Bloco, nem o Líder se manifestou, não está presente.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Concedo a palavra ao Líder do governo ou ao Líder do PMDB pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do Democratas pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, infelizmente, o nobre presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Zé Neto, não está presente, porque queria dizer ao deputado que realmente é bom ele lembrar que manda quem pode e obedece quem tem juízo. A vereadora Olívia Santana que o diga, pois teve a sua legítima candidatura a prefeita de Salvador retirada por exigência do governador. Uma negra representante desse povo teve cerceado o seu direito, porque manda quem pode e obedece quem tem juízo, deputado Javier Alfaya.

Da mesma forma, o deputado Álvaro Gomes, que junto com a deputada Alice Portugal, participavam das greves dos serventuários da Justiça e, agora, caladinhos estão, caladinhos continuam, porque manda quem pode e obedece quem tem juízo.

O governador Wagner diz que a grande obra do seu governo é a mudança da cultura política da Bahia. Ele é um péssimo aprendiz, porque não consegue nem imitar aqueles que diziam manda quem pode e obedece quem tem juízo. Ainda bem que existe D. Fátima Mendonça, a única lúcida nesse governo, a única que tem uma visão correta dos fatos.

O deputado Zé Neto falou sobre saneamento básico e esqueceu-se de dizer que o maior programa de saneamento básico do mundo é o Bahia Azul - que, conforme atesta e afirma o Instituto de Ciências de Saúde, melhorou as condições de saúde do povo pobre da periferia, principalmente do subúrbio de Salvador - e fica agora falando sobre as obras eleitoreiras do PAC, cujo dinheiro não chegou, até pela incapacidade da equipe do governador de fazer projetos, pois só pensa na política miúda, na politicagem. O deputado Zé Neto fala também sobre transparência e consegue citar, em 16 anos de governo, apenas dois casos, que devem ser punidos, caso tenha havido corrupção. E fala sobre transparência justamente num governo que é campeão de dispensa de licitação, pois dispensa licitação para tudo, e os escândalos estão aí. É o governo responsável pelo desabamento da Fonte Nova e, até hoje, não consegue, por incompetência, pagar indenização às famílias cujos entes queridos tiveram morte prematura pela irresponsabilidade e incompetência de uma equipe administrativa.

Mas, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Antônia Pedrosa, gostaria de me ater a um grande fenômeno que volta a se abater sobre o Brasil, que traz medo e pelo qual a Bahia e Salvador têm sido, respectivamente, o Estado e a Capital mais afetados.

Refiro-me à volta da inflação, que assombra hoje todo o Brasil, principalmente nós baianos, e que, por erros da equipe do governo federal, está batendo às nossas portas e punindo, cada vez mais, a indefesa classe média. Essa inflação tem como razão de ser - talvez uma das mais importantes - o gasto desenfreado do setor público. E quem é o campeão, no Brasil, desse gasto? O medíocre governo Wagner. A elevação dos gastos na Bahia, em 2008 em relação a 2007, foi da ordem de 19,1%, seguido dos do Rio de Janeiro, 15, 5%, e dos de São Paulo, 12,7%. Isso é fruto de um governo, medíocre e irresponsável, que não administra a coisa pública. A equação é bastante simples: muitos recursos arrecadados.

O secretário da Fazenda do Estado, a todo momento, anuncia que há dinheiro sobrando no caixa do governo do Estado, entretanto só não existe dinheiro para atender a uma decisão autônoma do Tribunal de Justiça de pôr em prática o Plano de Cargos e Salários de seus servidores e serventuários. Mas as burras, os cofres públicos da Bahia se encontram abarrotados de dinheiro. Há muitos recursos, mas eles são ineficientes administrativamente. Isso leva a quê, deputado Heraldo Rocha? A gastos excessivos, o que provoca inflação.

A obrigação de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal virou fato notável e motivo de delírio no governo da Bahia, por isso os investimentos sociais estão em segundo plano aqui. Enquanto o governo estadual é o campeão brasileiro em gastos ineficientes e irresponsáveis, vejam quanto ele consegue aplicar nos investimentos sociais.

Ação social, 17,3% no quadrimestre. Qual era a meta para o período? Era de 33,3%! Em gestão ambiental, uma área que é ou era muito próxima e querida do deputado Javier,

utilizaram somente 10,9%, quando a meta para o quadrimestre era de 33,33%. Urbanismo, 7,06%; indústria, 15,1%. É este governo, infelizmente, deputado Waldenor, que não faz a desconcentração que V.Ex^a tanto apregoa. Se há essa desconcentração, como eu já disse, é para Pernambuco, Ceará, Alagoas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Concordo com V.Ex^a em relação à educação, pois realmente o governo do PT encontrou índices preocupantes nessa área. Mas o que aconteceu depois, deputado Waldenor? O seu governo retrocedeu. Há 2 anos não há ano letivo na Bahia; as escolas da rede estadual de ensino apenas reproduzem ignorância. Antes, serviam como espaço para o convívio social; hoje, servem como espaço para os mais deploráveis exemplos de violência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Clóvis Ferraz:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o Líder da Maioria...

V.Ex^a, deputado Clóvis, tem de registrar a sua presença para poder fazer a sua questão de ordem.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Sr. Presidente, nobre deputado Javier Alfaya, peço uma verificação de quórum, na medida em que o Plenário está um pouco esvaziado e, desse modo, não poderemos apreciar a LDO e o Plano de Cargos e Salários dos serventuários da Justiça.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Pois não, deputado Clóvis Ferraz, ex-presidente desta Casa.

Com a palavra o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista que o deputado Clóvis Ferraz solicitou uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, queria, em primeiro lugar, convocar todos os colegas deputados e deputadas da Situação para se fazerem presentes ao Plenário.

Tenho certeza de que o deputado Clóvis Ferraz assim procedeu com a intenção de ver este Plenário cheio, repleto de deputados, jamais com a intenção de derrubar a sessão, na medida em que projetos importantes serão apreciados e votados por esta Casa Legislativa, entre eles a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que orienta a elaboração do Orçamento anual do governo da Bahia. Por isso, queria convocar todos os colegas deputados e deputadas que se encontram nas diversas dependências desta Casa Legislativa para se fazerem presentes ao Plenário, pois há uma solicitação de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Nobres colegas que se encontram no cafezinho, em seus gabinetes, na biblioteca, nas demais dependências desta Casa Legislativa, conversando, dialogando com as lideranças comunitárias, sindicais, por favor, desloquem-se até o Plenário para possibilitarmos o quórum de 21 Srs. Deputados e darmos continuidade à presente sessão.

Enquanto os colegas se deslocam, Sr. Presidente, dentro do tempo regulamentar estabelecido, dos 15 minutos, queria rapidamente, aceitando a provocação de qualidade, de

conteúdo, do deputado João Carlos Bacelar, dizer que o volume de investimentos já realizado e previstos na Bahia, tanto tendo como fonte o Tesouro do Estado quanto o governo federal e de outras instituições, representa recursos alvissareiros para o Estado da Bahia. Só do Programa de Aceleração do Crescimento, há uma previsão até o final do mandato de somar R\$ 24 bilhões, envolvendo recursos para o saneamento básico, que ultrapassa a Casa dos R\$ 2 bilhões; investimentos para habitação popular de R\$ 1 bilhão e 100 milhões; investimentos para a recuperação da lavoura cacaueteira que somam mais de R\$ 2 bilhões; investimentos para a construção da Via Portuária, via expressa que vai mudar a malha urbana da capital do Estado, a duplicação do Porto de Salvador, a construção de um novo porto em Ilhéus, a construção de um novo aeroporto em Ilhéus, a construção da ferrovia Leste-Oeste, que vai ser a grande ferrovia de integração do Estado da Bahia, permitindo o escoamento da produção mineral, da produção de grãos, dinamizando as regiões por onde passará; investimentos que serão realizados agora na recuperação da malha rodoviária, com pavimentação asfáltica. São 20 mil quilômetros de pavimentação, e o nosso governo recebeu essa malha intrafegável em 90% de sua extensão, totalmente deteriorada.

Portanto, são investimentos importantes já realizados e a serem realizados, que vão naturalmente mudar a face do desenvolvimento do nosso Estado, um desenvolvimento, como disse anteriormente, de forte concentração industrial, de forte contração de produção na Região Metropolitana e em outras regiões. E, portanto, fique certo, deputado João Carlos Bacelar, que o nosso Estado experimentará um novo desenvolvimento.

Dito isso, Sr. Presidente, convoco, mais uma vez, todos os colegas deputados e deputadas da base do governo para se fazerem presentes imediatamente ao Plenário, pois há uma solicitação de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Solicito a V.Ex^a que faça soar as campainhas convocando a todos e estabeleça os 15 minutos definidos pelo colégio de Líderes.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Peço que seja zerado o painel.

Contando o tempo de 15 minutos, convido os Srs. Deputados e as Sr^{as} Deputadas das três Bancadas para se fazerem presentes no Plenário para que possamos dar continuidade à presente sessão.

Todos aqueles e aquelas que se encontram nos gabinetes, nas demais dependências da Assembléia Legislativa, na negociação com o Simpojud, na conversa com os companheiros funcionários e funcionárias da justiça, peço aos integrantes da Mesa que registrem a presença .

Deputado Bacelar, V. Ex^a citou-me em seu discurso porque a Comissão de Saúde, a qual presido, não abandonou a causa ambiental lembrada com muita correção por V. Ex^a. Fizemos 2 belíssimos seminários na Faculdade de Arquitetura, com a presença de 200 pessoas , sobre os investimentos de quase 800 milhões de reais visando à continuidade das obras não apenas de saneamento básico, mas de saneamento ambiental da capital e de outros municípios.

Enquanto corre o tempo, eu passo a palavra por solicitação de questão de ordem ao deputado Getúlio e depois ao deputado João Carlos Bacelar. Ambos têm direito a 5 minutos para a questão de ordem.

O Sr. Getúlio Ubiratan:-Sr. Presidente, eu tenho pautado o meu cargo de deputado estadual com muita coerência desde o momento em que fui eleito como representante da região do Extremo-Sul . Dou alguns exemplos quando procuro falar a respeito da forma democrática com que se deve desenvolver a nossa política. Sou totalmente contrário ao desagravo, à maledicência, às picuinhas e aos futricos. Infelizmente, há um histórico não muito distante de maus políticos que sempre procuram pregar a maledicência em torno da política, criando prejuízo para nosso povo.

No final da semana passada, fiz um registro em plenário do momento histórico moderno de que estive participando. Um dos exemplos da cidade de Teixeira de Freitas – onde tenho companheiro e parceiro de partido, o deputado federal Udorico Pinto, candidato a prefeito do município de Teixeira de Freitas – é que não deixei de comparecer nas demais convenções daquele município. Estive na convenção do Padre Aparecido, cumprimentei o candidato do PT, que é o Dr. João Bosco, e o candidato do PMDB, que é Timóteo Brito. Em momento algum quis discriminar os demais candidatos, em razão do respeito que tenho pelo deputado federal Udorico Pinto que estarei apoiando.

Recordo-me, Sr. Presidente, de que em uma das visitas que o governador do Estado Jaques Wagner fez à nossa região disse para mim, e em discurso, que ele estava como governador de quem votou e quem não votou nele. Estaria tratando com o mesmo respeito todos os partidos que representam o povo baiano e não somente dando espaço para determinada sigla sem discriminação. Esta seria a sua maneira de governar o Estado da Bahia.

Falo isso, Sr. Presidente, com muita propriedade e a consciência tranqüila, porque participo do governo do Estado, governo Jaques Wagner, integro o grupo de parlamentares que dão sustentação ao governo aqui na Assembléia Legislativa. Em momento algum, Sr. Presidente, posso romper com a minha coerência, até porque há pouco mantendo contato com a cidade de Teixeira de Freitas , meu nobre Líder Waldenor Pereira, e o prefeito de Teixeira de Freitas, Padre Aparecido, está muito chateado. Ele não é um prefeito da base de apoio ao deputado Getúlio Ubiratan, mas estou sempre lá dedicando apoio às decisões e brigando pelas reivindicações daquele município.

O governador Jaques Wagner, pela terceira vez, muda a sua agenda de visitas ao município de Teixeira de Freitas. Há pouco, aqui neste Plenário, ocupei a tribuna para tecer elogios a respeito de muitas inaugurações, caro presidente Javier Alfaya, que estarão ou estariam acontecendo em Teixeira de Freitas. Sabemos que a partir do dia cinco administrador nenhum poderá acompanhar essas inaugurações ao lado do governador Jaques Wagner. Estranho muito a transferência de data neste momento, já que o governador estaria em Teixeira de Freitas no próximo dia 03, compromisso cancelado pela terceira vez em razão, segundo informações que recebi, de compromissos que assumiu em Brasília.

Concluo, Sr. Presidente, destacando, portanto, a indignação do prefeito de nosso município com relação a isso, já que essa agenda foi transferida e o governador não estará

mais presente na cidade de Teixeira de Freitas. Espero, Sr. Presidente, que não seja em função de querer discriminar um determinado candidato, o prefeito, que não integra a sigla do governador, haja vista que algumas informações, não acredito nelas, são de que o governador Jaques Wagner se disse ocupado no intuito de não comparecer em nosso município.

Volto a dizer, Sr. Presidente, que tenho um respeito muito profundo pelo governador do Estado e espero que realmente essa modificação de data seja em função de seus compromissos.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal para darmos continuidade a presente sessão. Há 26 Srs. Deputados presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o Líder da Maioria ou o Líder do Partido dos Trabalhadores para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, a deputada Fátima Nune falará por todo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 9 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiras e amigas deputadas presentes nesta Casa, hoje, nós, lá do Sertão, temos a alegria de informar para o Estado da Bahia, através da Assembléia Legislativa, com esta galeria lotada de servidores que lutam pelos seus direitos e que certamente terão um resultado satisfatório para todos, pois é esse o compromisso do nosso governador Jaques Wagner, que nos dias 29 e 30 o nosso Sertão brilhou e, de certa forma, deputada Neusa Cadore, e demais companheiras, brilhou porque neste momento em que estamos vivendo aqui na Bahia um tempo de cidadania e de democracia pudemos participar de um grande número de convenções em que aprovamos o nome do nossos companheiros e companheiras para serem eleitos como prefeitos e vereadores.

Queria deixar registrado, com carinho especial para nossa companheira, a prefeita Cecília Petrina, que foi aprovada nas convenções, para que o povo de Itiúba possa ter a continuidade do trabalho brilhante que aquela mulher pequena no físico, mas muito grande de coração, sabedoria e determinação.

Aquela convenção foi realmente um ato de consolidação do bem, do progresso que acontece naquela cidade. As pessoas que vivem lá e que há poucos dias também receberam a visita do nosso governador Jaques Wagner, puderam afirmar que hoje Itiúba vive um novo tempo.

A cidade está limpa, as praças bem cuidadas. A praça da feira está organizada e o mercado da feira reconstruído e equipado para que os feirantes possam trabalhar com mais segurança, com água limpa chegando para as comunidades. Os pescadores podem trabalhar no açude do DNOCS para gerar emprego e renda com apicultura, trabalhando com tanque e rede. Eles têm cursos de capacitação para que de fato o pescado que sai daquele lago não seja mais colocado no mercado de qualquer jeito. Enfim, por todas essas ações que a nossa prefeita realiza também em parceria com o governo estadual e com as ações do governo federal, estamos realmente vendo a satisfação do povo.

Esse mesmo povo confirmou isso com sua presença na convenção e com a decisão de colocar mais uma vez essa mulher grandiosa de trabalho, para que a sociedade mais uma vez possa aprová-la. Não foi apenas no município de Itiúba que tivemos essa satisfação. Em Coronel João Sá, nosso companheiro Adelmo, em Cipó, nosso companheiro Jaílton Macedo em Entre Rios, nosso companheiro Ranulfo.

Em outras localidades também pudemos fazer uma composição, como é o caso da minha cidade, Cícero Dantas, onde convivo há 30 anos e estávamos empenhados em trabalhar o nome do padre Elias, um grande cidadão que vive na nossa cidade há 44 anos, mas por entender que era preciso uma soma de esforços, colocamos também o padre Elias à disposição de participar desse debate. Ele achou que era importante nomear o companheiro Gilmar, do PT, Gilmar do Banco do Brasil, como é conhecido, e fazermos uma composição com o prefeito atual, Weldon de Zé de Isaac, como é conhecido.

Então, podemos afirmar que nesses 3 meses, nós, deputados e deputadas iremos nos dividir entre o tempo nesta Casa, de segunda-feira a quinta-feira, e sexta-feira, sábado e domingo, andar bastante para contribuir com esse processo democrático que acontece em toda a Bahia, para que possamos eleger muito mais prefeitos e prefeitas comprometidos com o desenvolvimento das nossas cidades.

Todos nós percebemos como as nossas cidades têm melhorado. Em todas as cidades, temos visto grandes construções de bairros com 200, 300 moradias populares e que são hoje bem tratados. Todas possuem quadra de esportes e saneamento básico. Não se constrói mais como antigamente, com aquelas moradias apertadas, que não davam para a família habitar.

Em todas as localidades temos visto esse compromisso, que é o mesmo compromisso do presidente Lula, do governador Jaques Wagner, de melhorar a vida das pessoas. É por essa razão que estamos aqui, para melhorar a vida das pessoas, é por essa razão que estamos aqui trabalhando diariamente e temos que aproveitar o espaço desta Assembléia Legislativa, que é a caixa de ressonância das boas coisas que acontecem na Bahia, porque às vezes a nossa imprensa vê uma coisa e escreve outra, como é a mensagem do jornal *A Tarde* de hoje.

Fiquei abismada porque todos os jornais informaram, noticiaram que a variação da inflação não mexeu com a popularidade do presidente Lula. Isso é verdade. Encontramos as pessoas, conversamos com as pessoas, e no jornal *A Tarde* a notícia é totalmente contrária à frase de destaque é totalmente contrária. Muitas vezes temos que utilizar a *TV Assembléia*, as nossas visitas, os nossos diálogos com os cidadãos para informar as coisas boas, as ações de governo que acontecem e melhoram a vida das pessoas porque muito pouco contamos com a imprensa para divulgar as coisas boas.

Às vezes “de um algeiro se faz um grande cavaleiro”, e coisas tão importantes não são divulgadas como precisariam ser, até para contribuir com a democracia. Acredito que o grande papel da imprensa é o de contribuir com a informação ao cidadão, para que cada vez mais ele possa se assenhorar do conhecimento, dos direitos, se “empoderar” e participar da vida pública com altivez, com capacidade de interagir e de formar cada vez mais tempos melhores. E nenhum tempo será melhor se houver apenas a participação de um setor. É

preciso a contribuição do poder público, da sociedade civil e de outros setores da sociedade, como a imprensa, os comerciantes e todos aqueles que de certa forma vivem e contribuem para a riqueza do nosso País.

Para mim isso é importante e vejo tudo como uma ação que vai dar cada vez mais oportunidade àqueles e àquelas que por muitos anos ficaram do lado de fora, excluídos desse processo de “empoderamento”, hoje eles podem estar participando e incluídos nesse processo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Encerrado o Horário das Lideranças Partidárias, iria comentar o requerimento feito pelos três Líderes, mas há uma questão de ordem solicitada pelo Líder da Bancada da Maioria, deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, gostaria de convocar o colega Líder da Minoria, deputado Gildásio Penedo, para comparecer ao Plenário porque fizemos um acordo na semana passada ao desmembrar um projeto em que constava um anexo relativo àquele projeto de fiscais da Adab, da Agerba...

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Estruturação de carreiras.

O Sr. Waldenor Pereira:- (...) Estruturação de carreiras.

Então, houve um acordo proposto pelo próprio deputado Gildásio Penedo para que retirássemos aquele anexo. De fato, reconhecemos que se tratava de algo estranho num outro projeto que foi encaminhado pelo Poder Executivo, e ele concordou com o desmembramento e que no encaminhamento de um novo projeto dispensaríamos todas as formalidades, tanto é que já está assinado aí.

Gostaria de convidar o deputado Gildásio, que deve estar em alguma das dependências desta Casa Legislativa, para que pudéssemos votar rapidamente esse projeto que é apenas uma adequação, portanto já acordado por nós – o deputado Gildásio acaba de chegar – uma dispensa de formalidades, tendo em vista tratar-se de um projeto de interesse de um contingente significativo de servidores públicos fiscais da Adab, da Agerba, da Secretaria de Meio Ambiente, dentre outros órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo.

Por isso, queria também aproveitar a oportunidade da questão de ordem para conclamar a todos os colegas deputados e deputadas para se fazerem presentes no Plenário, porque logo após a aprovação desse projeto que será por acordo de Lideranças estaremos colocando em discussão um outro projeto, o do Produzir III, que diz respeito ao repasse de recursos para associações, sindicatos etc.

Queria aproveitar o tempo que me resta da questão de ordem para convidar todos os colegas deputados e deputadas da Base da Situação para se fazerem presentes ao Plenário, tendo em vista que logo após estaremos procedendo ao debate, à discussão, se possível apenas o encaminhamento do projeto que trata do Produzir III. Nós já aprovamos, antecipadamente, a operação de crédito e vamos colocar em discussão aqui, hoje, apenas...

(O Sr. Gildásio Penedo Filho fala fora do microfone.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Esse é aquele acordo que fizemos em relação aos fiscais, para incluirmos o anexo que envolve o enquadramento de algumas carreiras, de algumas funções dentro do quadro de cargos e salários dos fiscais de regulação – lembrei-me agora da denominação correta: fiscais de regulação –, que estão presentes em diferentes organismos, como já destaquei: Adab, Agerba, Meio Ambiente etc.

Por isso, convidamos todos os colegas deputados e deputadas da Base da Situação e também os deputados da Oposição, pois, embora se trate de um projeto que votaremos por acordo, com dispensa de formalidades, as presenças se fazem necessárias porque logo após debatermos, discutiremos um outro projeto, o Produzir III, de grande relevância social, de importância para as pequenas unidades de produção. Então, é necessária a presença de todos os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas em Plenário. É importante que todos os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que se encontram nos seus gabinetes ou nas demais dependências desta Casa Legislativa venham imediatamente para o Plenário para a apreciação desse importante projeto.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente, por esta questão de ordem. O deputado Gildásio Penedo se encontra presente e, naturalmente, já assinou o requerimento, dispensando todas as formalidades.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Eu que agradeço, deputado Waldenor, pela contribuição para o andamento da sessão.

O requerimento, de fato, é assinado pelos deputados Waldenor, Gildásio e Roberto Muniz. E propõe a dispensa das formalidades constantes em nosso Regimento para a apreciação do projeto de lei nº 17.312/2008, de autoria do Poder Executivo, que altera o Anexo IV da Lei nº 11.051, de 6 de junho de 2008, além de dar outras providências. É um anexo que está sendo apreciado à parte em função de acordo já feito em sessões anteriores pelos Líderes Gildásio Penedo e Waldenor, com a concordância do Líder Roberto Muniz.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Questão de ordem do deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, é para esclarecer esta situação. De fato, há esse requerimento, assinado pelos líderes dos blocos da Maioria e da Minoria e do Bloco Independente, no sentido de se fazer um ajuste ao projeto de lei que foi votado na semana passada e no qual o governo, por equívoco, num verdadeiro equívoco de técnica legislativa, embutiu algo que, absolutamente, não tinha nada a ver com a propositura do projeto.

Na época, nós fizemos uma proposta, capitaneada pelo deputado Júnior Magalhães, no intuito, deputado Heraldo Rocha, de corrigir aquele equívoco, já que havia assuntos divergentes sendo tratados da mesma forma. O governo percebeu o engano e retirou aquele artigo, com a anuência da nossa Bancada, com intuito de, *a posteriori*, votar-se o anexo, que possibilitaria o realinhamento dos servidores do Executivo, especialmente dos especialistas em Gestão Pública.

Portanto, a Bancada da Oposição, como já havia acordado, votará favoravelmente a esse projeto, inclusive com a dispensa de formalidades, mantendo o acordo feito, e, evidentemente, contribuindo para o ajuste que foi acertado com os servidores do Poder Executivo, Sr. Presidente.

É esse o esclarecimento que faço.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Muito obrigado, deputado Gildásio.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre presidente Javier Alfaya, na realidade, eu gostaria de fazer uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Então, uma comunicação inadiável, porque já se esgotaram as questões de ordem.

O Sr. Álvaro Gomes:- Exatamente. Como Líder do PCdoB, tenho esse direito regimental e quero fazer esta comunicação inadiável: neste momento, encontram-se reunidos o Sinpojud e o Sintaj. Eu estava participando da reunião e sugeri a presença do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Marcelo Nilo, que também se encontra reunido com os sindicatos, buscando encontrar uma solução para a votação do projeto do Judiciário. Esse esforço está sendo feito por toda a Assembléia Legislativa.

Neste momento, as duas entidades sindicais se encontram reunidas. Participei da reunião no início, depois me desloquei para cá. Neste momento, o presidente da Assembléia, Marcelo Nilo, também se encontra lá. Ele deslocou-se para lá para participar da reunião. Porque o esforço que vem sendo feito é para se resolver essa questão o mais rapidamente possível, de preferência ainda nesta sessão plenária. Se lá, na reunião, chegar-se a um denominador comum, teremos esse problema resolvido hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Lá, onde? Na Governadoria?

O Sr. Álvaro Gomes:- Na Governadoria, deputado.

Eu próprio sugeri a Zezé, a Beto e a Augusto, representantes dos dois sindicatos, para que fôssemos lá. Fui junto com eles, para participar dessa reunião. Participei no início. A reunião está com um clima bom, e, neste momento, o presidente Marcelo Nilo se encontra lá. Estamos fazendo esse esforço a fim de que seja encontrada uma solução. É mais do que justo o plano de carreira dos serventuários da Justiça, e é mais do que justo que os servidores tenham corrigidas as distorções, tenham seus salários reajustados, tenham melhores condições de trabalho. Esse esforço todos temos que fazer.

Como sindicalista, continuo desenvolvendo minha tarefa. Na realidade, continuo sendo bancário, sendo sindicalista bancário. Continuamos nessa luta. O deputado Javier Alfaya também tem feito esse esforço, juntamente comigo. O Líder do governo, Waldenor Pereira, tem feito esse esforço, e outros parlamentares também, para que encontremos uma solução, de preferência ainda nesta sessão.

Portanto, gostaria de fazer essa comunicação inadiável e dizer que, a depender do funcionamento aqui, poderei retornar para lá e participar da reunião, caso ela não tenha terminado. Pretendo, a depender da dinâmica aqui, no Plenário, retornar e dar a contribuição possível para que esse impasse seja resolvido o mais rapidamente possível.

Acho que, desta forma, todos têm a ganhar, a população, os serventuários, enfim, todos. A Bahia tende a ganhar. Esse é o esforço que estamos fazendo, que é muito grande, mas vale a pena, é mais do que justo, porque esse problema precisa ser resolvido o mais rapidamente possível.

Portanto, Sr. Presidente, Javier Alfaya, que ora preside a sessão, queria fazer esse comunicado para os servidores que estão aqui, aguardando com muita disposição o resultado dessa reunião. É preciso, realmente, uma solução o mais rapidamente possível.

Era essa a comunicação que eu tinha a fazer.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Muito obrigado, deputado Álvaro, é uma excelente notícia essa que V.Ex^a traz: o esforço desta Casa em respeito aos companheiros e companheiras do Sinpojud e do Sintaj, que sempre foram muito bem recebidos por nós quando éramos a Bancada da Oposição, e continuam sendo muito bem recebidos nesta Casa, mantendo-se sempre aberta a porta do diálogo.

A Bancada do governo, liderada pelo deputado Waldenor, tem feito um esforço muito grande para se encontrar um bom encaminhamento para essa propositura que interessa e mobiliza não somente o mundo da Justiça em nosso Estado mas também o Legislativo, com certeza. Fico muito satisfeito, deputado Álvaro Gomes, por V.Ex^a ter participado desse esforço nos últimos minutos.

A companheira Alice Portugal esteve, hoje de manhã, no Fórum Ruy Barbosa, de onde me ligou - estava voltando de uma viagem a Juazeiro e acompanhei a realização da assembléia convocada pelo Sinpojud – informando-me sobre o andamento dos trabalhos e aqui estamos mantendo o nosso compromisso com o Sinpojud, a categoria, Sintaj, igualmente, nesse esforço de equacionar esse pleito histórico da categoria nesse novo momento que a Bahia vive, com um governo que, com responsabilidade, trata com carinho e cuidado as reivindicações do funcionalismo de todos os Poderes.

Tanto é assim que estamos para votar, justamente, mais um projeto de lei que atende a um pleito histórico do nosso funcionalismo – no caso, dos nossos companheiros trabalhadores e trabalhadoras do Executivo – e reestrutura nove carreiras do quadro geral dos funcionários.

Portanto, é uma grande notícia que o deputado Álvaro Gomes traz este Plenário.

De acordo com o requerimento assinado pelos deputados Gildásio Penedo Filho, Roberto Muniz e Waldenor Pereira, vamos dar seqüência à realização da reunião conjunta das comissões para que seja lido o parecer das Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Convido a deputada Maria Luiza Laudano para ler o referido parecer.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, senhores servidores que estão nas Galerias, há alguns dias, realmente, tinha essa confiança e tenho ainda de que esse problema será resolvido.

Quem ouviu uma rádio de Salvador, hoje de manhã, ouviu o governador Jaques Wagner dizer que teve uma reunião com a presidente do Tribunal de Justiça,

desembargadora Sílvia Zarif, e que, realmente, já estava chegando ao fim a greve dos servidores e serventuários do Judiciário, porque já haviam conversado e os poderes se irmanavam, embora sejam independentes, para resolver essa situação que aflige todos nós.

Em muitos municípios, as pessoas estão sem poder reconhecer a firma de um documento, casamentos não estão sendo realizados, trazendo problemas sérios à população. Então acho que está na hora de os três Poderes se unirem e resolver o problema que é de todos os Srs. Fazemos esse pedido e estamos aqui, prontos, esperando que chegue a decisão para que todos os deputados se unam e façam realmente valer os direitos dos servidores.

Gostaria, neste instante, de, com muito prazer, relatar essa emenda ao projeto, que já foi aprovada, e passo a ler:

(Lê) “Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.312/2008, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Altera o Anexo IV da Lei nº 11.051, de 06 de junho de 2008, e dá outras providências'.

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exmº Sr. Governador, o projeto de lei que ora passo a relatar, promovendo alteração no Anexo IV da Lei nº 11.051, de 06 de junho de 2008, que reestrutura o Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação, o qual é composto de carreiras de nível superior e médio em exercício nas áreas de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Proteção e Defesa do Consumidor, Metrologia e Qualidade, Fiscalização Agropecuária e Regulação.

A proposta objetiva 'ampliar a possibilidade de participação no concurso público a profissionais com formação de nível médio, visto que os cursos técnicos profissionalizantes têm passado por reestruturação, sendo alguns extintos ou não oferecidos no Estado da Bahia', conforme registra o Sr. Governador em sua Mensagem.

O projeto não recebeu emendas e a sua aprovação nesta Sessão foi possibilitada por Acordo firmado entre as Lideranças desta Casa.

Ante o exposto, opino pela aprovação da proposição ora relatada na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 01 de julho de 2008.

Deputada Maria Luiza Laudano.

Relatora.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Consulto se há algum integrante das Comissões que tenha opinião contrária ao parecer. Não havendo discussão, está aprovado por unanimidade no âmbito das Comissões.

Em discussão única o projeto de lei 17.312/2008, de autoria do Poder Executivo, com parecer favorável das Comissões, votado à unanimidade, que estrutura a carreira dos especialistas em meio ambiente e recursos hídricos, em proteção e defesa do consumidor, em metrologia e qualidade, fiscalização agropecuária, especialista em regulação, técnico em meio ambiente e recursos hídricos de nível médio.

PROJETO DE LEI Nº 17.312/2008-07-22

Altera o Anexo IV da Lei nº 11.051, de 06 de junho de 2008, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Anexo IV da Lei nº 11.051, de 06 de junho de 2008, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO ÚNICO

ANEXO IV DA LEI Nº 11.051, DE 06.06.2008

FORMAÇÃO DAS CARREIRAS DO GRUPO OCUPACIONAL

FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

CARREIRAS DE NÍVEL SUPERIOR

CARREIRAS	FORMAÇÕES
Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Direito, Ecologia, Ciências Econômicas, Agronomia, Engenharia Agrônômica, Engenharia Cartográfica, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia de Minas, Engenharia Química, Engenharia Sanitária e/ou Ambiental, Geografia, Geologia ou Hidrografia e Meteorologia; Ecologia, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Hidrologia ou

	Hidrografia e Meteorologia, Farmácia Bioquímica, Química.
Especialista em Proteção e Defesa do Consumidor	Graduação em Direito.
Especialista em Metrologia e Qualidade	Graduação em Engenharia, Administração, Ciências Econômicas, Física, Química, Matemática e Estatística
Fiscal Estadual Agropecuário	Graduação em Medicina Veterinária, para a área de atuação de defesa sanitária e inspeção animal; Graduação em Agronomia, para a área de atuação de defesa sanitária vegetal.
Especialista em Regulação	Graduação em Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Direito, Estatística, Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia Mecânica, Engenharia Naval, Engenharia de Transportes, Ciência da Computação, Processamento de Dados, Análise de Sistemas, Informática, Sistemas de Informação e Tecnologia da Informação.

CARREIRAS DE NÍVEL MÉDIO

CARREIRAS	FORMAÇÕES
Técnico em Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Técnico em Controle Ambiental, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Geologia, Técnico Florestal, Técnico em Instrumentação, Técnico em Química, Técnico em Hidrometria e/ou Hidrologia, Técnico em Produção Aquícola, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, fixadas por meio de Resolução da Câmara de Educação Básica do Ministério da Educação.
Técnico em Metrologia e Qualidade	Ensino médio, inclusive os cursos de natureza técnico-profissionalizante, estes últimos nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, fixadas por meio de Resolução da Câmara de Educação Básica do Ministério da Educação, observadas as áreas profissionais e cargas horárias mínimas estabelecidas.
Técnico em Fiscalização Agropecuária	Técnico em Agropecuária, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, fixadas por meio de Resolução da Câmara de Educação Básica do Ministério da Educação, observada a carga horária mínima estabelecida.
Técnico em Regulação	Ensino médio, mediante a apresentação de certificado reconhecido pelo Ministério da Educação, abrangendo inclusive os cursos de natureza técnico-profissionalizante, estes últimos nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, fixadas por meio de Resolução da Câmara de Educação Básica do Ministério da Educação, observadas as áreas profissionais e cargas horárias mínimas

estabelecidas.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Peço aos Srs. Deputados que registrem seus votos. Solicito à assessoria do Plenário que prepare o painel.

Em votação. Lembro a V. Ex^{as} que os três Líderes indicaram a votação favorável. Por manifestação a favor de todos os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, está aprovado o presente projeto.

Em discussão única e votação o projeto de lei nº 17.283/2008.

PROJETO DE LEI Nº 17.283/2008

Autoriza o Poder Executivo a transferir recursos às entidades que indica, para implementação de ações do Projeto Integrado do Estado da Bahia: Pobreza Rural – Projeto de Combate à Pobreza Rural no Interior da Bahia - PRODUZIR III.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, mediante convênio, para os conselhos comunitários, associações, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e outras entidades representativas de comunidades, sem fins lucrativos, regularmente constituídos no Estado da Bahia, recursos oriundos de financiamento, junto ao Banco Mundial e suas respectivas contrapartidas, destinados à implementação de ações no âmbito do Projeto Integrado do Estado da Bahia: Pobreza Rural – Projeto de Combate à Pobreza Rural no Interior da Bahia - PRODUZIR III.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Este projeto autoriza o Poder Executivo a transferir recursos às entidades que indica, para a implementação de ações do Projeto Integrado do Estado, Pobreza Rural, Projeto de Combate à Pobreza Rural no interior da Bahia, o chamado Produzir III.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Para relatar o Projeto o deputado Adolfo Menezes, na reunião conjunta das Comissões.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.283/2008, de autoria do Poder Executivo, o qual 'autoriza o Poder Executivo a transferir recursos às entidades que indica, para implementação de ações do Projeto Integrado do Estado da Bahia: Pobreza Rural -Projeto de Combate à Pobreza Rural no interior da Bahia - PRODUZIR III.'*

O projeto que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo a obtenção da necessária autorização legislativa para possibilitar a transferência de recursos, mediante convênios, a conselhos comunitários, associações, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e outras entidades representativas de comunidades, sem fins lucrativos e regularmente constituídas no Estado da Bahia.

Os referidos recursos são oriundos de financiamento contratado junto ao Banco Mundial - BIRD, em operação autorizada por esta Casa quando da aprovação do Projeto de Lei nº 17.174/2008, e destinam-se à implementação de ações no âmbito do Projeto Integrado do Estado da Bahia: Pobreza Rural - Projeto de Combate à Pobreza Rural no Interior da Bahia - PRODUZIR III.

Através da proposição, o Governo da Bahia irá dar continuidade aos trabalhos que o Estado vem desenvolvendo ao longo desses anos, mediante a transferência de recursos para entidades sem fins lucrativos, acima indicadas, 'para que essas entidades, através da execução direta ou contratação de terceiros, apliquem os recursos conveniados em projetos e investimentos que, efetivamente, contribuam para melhoria da qualidade de vida do povo baiano, notadamente aqueles que vivem na zona rural e em condição de pobreza', conforme registra o Sr. Governador em sua Mensagem.

Trata-se, portanto, de projeto de inequívoco interesse público e grande alcance social, porquanto destina-se a minorar o sofrimento de inúmeras famílias que hoje vivem em condição de miséria no meio rural, proporcionando ainda a permanência do homem do campo em seu ambiente, evitando a migração e o inchamento das periferias das cidades.

A proposição recebeu duas emendas, de autoria da Bancada da Oposição. A emenda nº 1 estabelece a obrigatoriedade da comprovação, pela entidade destinatária dos recursos, da condição de utilidade pública estadual, devendo ainda constar da Lei Autorizativa, bem como de apresentar o projeto a ser implementado, acompanhado de estudo de viabilidade econômica e cronograma físico-financeiro de execução. Opino pela rejeição, ante o entendimento de que não cabe a exigência de que a entidade beneficiária possua a declaração de utilidade pública, bem como sua inserção na Lei Autorizativa. De fato, segundo a Lei Estadual nº 6.670/94, que disciplina a declaração de utilidade pública, esse título é concedido a entidades desejem receber subsídios, contribuições ou auxílios para desenvolver atividades de interesse social. Não é esta a hipótese do projeto, que se presta a autorizar o Poder Executivo a transferir, mediante convênio, para entidades sem fins lucrativos representativas de comunidades rurais, recursos oriundos do financiamento contraído junto ao Banco Mundial.

Com efeito, enquanto o título de utilidade pública habilita as entidades privadas a receberem recursos públicos diretamente, sem a intermediação de um ajuste, as transferências objeto do projeto e do PRODUZIR III se darão por meio da celebração de um instrumento convenial, operação que é detalhadamente disciplinada pela Lei Estadual de Licitações e Contratos nº 9.433, de 01 de março de 2005. Como se sabe, a transferência, direta ou indireta, de recursos do Estado para entidades privadas sem fins lucrativos mediante convênio tem sua possibilidade jurídica condicionada ao atendimento dos requisitos dos arts. 171 e seguintes da Lei. nº 9.433/2005, como a apresentação do Plano de Trabalho, de informativo de metas, de justificativa da relação custos e resultados, e especificação de etapas ou fases de execução. Desta forma, a autorização legislativa objeto da proposição é tão-somente etapa prévia à transferência, que pressuporá ainda o detalhamento das atividades a serem realizadas. A justificativa apresentada pela emenda perde assim o fundamento da necessidade de enquadramento legal e de avaliação da viabilidade econômica e de apresentação do cronograma de execução do projeto, exigências que já estão previstas pelo ordenamento jurídico.

Por fim, carece de fundamento a proposta da emenda porque o objetivo e as características do Projeto Produzir III já estão devidamente esclarecidos no projeto elaborado pelo Poder Executivo, juntado ao processo administrativo que resultou no Projeto de Lei 17.174 e promulgado como Lei sob o nº 11.044, de 09 de maio de 2008.

A emenda nº 2 pretende tornar obrigatória a divulgação anual, através da internet e no Diário Oficial, de demonstrativo informando o nome e CNPJ da entidade beneficiada, número e objeto do convênio e meta programada e realizada. Opino também pela rejeição, considerando que a matéria do projeto refere-se a transferência de recursos oriundos de operação de crédito de captação de recursos externos, a qual, por sua natureza, já se encontra devidamente incluída nas prestações de contas constitucionais, como disposto nos arts. 91 e seguintes da Constituição Estadual, bem como ao controle previsto nos arts. 54 e seguintes da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determinam a obrigatoriedade de emissão de Relatórios de Gestão Fiscal pelo Chefe do Poder Executivo. A transparência e o controle almejados pela proposta de alteração já estão contemplados pelos muitos instrumentos legais já disponíveis no ordenamento jurídico estadual e federal. À Assembléia Legislativa não faltam recursos e instrumentos para o controle e fiscalização dos gastos do Poder Executivo, notadamente em razão da ampla acessibilidade aos documentos públicos consagrada nos arts. 13 e 27 da Constituição Estadual.

É importante ressaltar que transferência objeto do PL, uma vez autorizada pelo Poder Legislativo, ainda dependerá, para sua efetivação, de ato convenial próprio, pelo qual se estabelecerão outros mecanismos de acompanhamento e fiscalização das atividades desenvolvidas, por exigência da Lei Estadual de Licitações e Contratos, nº 9.433/2005.

O Poder Legislativo pode, também, e sempre que desejar, valer-se dos relatórios emitidos pelas Coordenadorias de controle externo do Tribunal de Contas do Estado, os quais pode àquela Colenda Corte de Contas.

Ante o exposto, opino favoravelmente à aprovação do projeto na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo, rejeitando, em consequência, todas as emendas propostas.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 01 de julho de 2008.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Em votação no âmbito das comissões. (Pausa) Não havendo manifestação, está aprovado, por unanimidade... Perdão, há três inscritos para discutir o parecer: o deputado Clóvis Ferraz, que tem direito a 10 minutos, e os deputados Roberto Muniz e Elmar Nascimento, cada um com direito a 20 minutos, por serem membros das referidas comissões.

Deputado Clóvis, V.Ex^a vai manter a sua inscrição para discutir. (Pausa) Com a sua desistência, com a palavra, por 20 minutos, o deputado Roberto Muniz.

(O presidente Marcelo Nilo assume a direção dos trabalhos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Peço permissão aos nobres deputados para ler o requerimento nº 6.519/08, assinado pelo deputado Tarcízio Pimenta.

(Lê) *“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.*

O deputado infrafirmado vem, perante Vossa Excelência, requerer, em conformidade ao que dispõem o inciso IV do art. 14 e o art. 17 da Resolução nº 1.193/85, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia, observado ainda o inciso II do art. 87 da Constituição do Estado, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico em anexo, pelo período de 5 (cinco) dias, a iniciar-se em 01 de julho de 2008.

P. deferimento.

Sala das sessões, 01 de julho de 2008”.

Está deferido o requerimento do deputado Tarcízio Pimenta.

Outro requerimento: (Lê) *“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia*

O deputado infrafirmado vem, perante Vossa Excelência requerer, em conformidade ao que dispõem o inciso V do art. 14 e o art. 18 da Resolução nº 1.193/85, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, observado ainda o inciso II do art. 87 da Constituição do Estado, licença para tratar de interesses particulares, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a iniciar-se em 6 de julho de 2008.”

Submeto ao Plenário, tendo em vista que é matéria regimental. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, por unanimidade.

Fica, então, convocado o primeiro suplente da coligação do deputado Tarcízio Pimenta, o deputado Pedro Alcântara – que, infelizmente, vou ter de demitir, a partir de amanhã, da Diretoria Administrativa –, para sua posse no dia 7 de julho, às 9h, no gabinete da Presidência, tendo em vista que estaremos em recesso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento por até 20 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna com muita alegria, hoje, depois da leitura deste requerimento de licença do deputado Tarcízio Pimenta para se dedicar de corpo e alma, de forma integral, à campanha eleitoral de Feira de Santana.

O ato também contou com a participação, com a articulação do ex-governador Paulo Souto e do deputado federal ACM Neto. É um gesto do Democratas com o nosso Partido que nos aproxima. O vice do deputado Tarcízio Pimenta também é do PR no município de Feira de Santana. Portanto, a volta do deputado Pedro Alcântara à Assembléia Legislativa, de onde nunca deveria ter saído, hoje é motivo de alegria para o nosso Partido. Este Poder perdeu muito nesse um ano e meio com a ausência do deputado Pedro Alcântara. Ele somará forças na nossa bancada com as suas qualidades, contribuindo para o funcionamento desta Casa.

Essa deferência do Democratas com o nosso partido foi um gesto que esperamos ao longo de quase um ano do governo do Estado, que tinha a caneta e o poder para prestigiar o nosso Partido, que poderia ter colocado o deputado Márcio Marinho para assumir o mandato, o que foi feito pelo DEM, apesar de ser oposição tanto ao governo federal quanto ao governo estadual e ao municipal. Agora o deputado Pedro Alcântara também poderia ter assumido por força do governo do Estado, que tem todo aparato e poder de fazê-lo e tinha esse compromisso.

Solicitei, como Líder da Bancada, uma reunião com a Executiva. O senador César Borges já marcou para quinta-feira uma reunião da Executiva com a Bancada. Nesse reunião duas proposições deverão ser aprovadas e que terão o meu encaminhamento pessoal. A primeira, pedindo uma reavaliação do posicionamento da Bancada aqui na Assembléia Legislativa. (Palmas) Pessoalmente respeitarei a decisão da Executiva e da maioria da nossa bancada, mas encaminharei no sentido de que a nossa bancada seja independente. Apesar disso e do relacionamento de afinidade que nos une ao Partido Progressista, especialmente da amizade com os deputados do PP, da afinidade do senador César Borges com os deputados Mário Negromonte e João Leão, formalizaremos de maneira informal, sincronizada, de irmãos siameses, a parceria da nossa liderança com a liderança do deputado Roberto Muniz.

Serão 14 deputados atuando de forma sincronizada aqui na Assembléia Legislativa. Não haverá formalização de um único Bloco Independente, serão dois blocos, mas agindo como irmãos siameses. O PR será solidário ao PP sempre que este tiver seus interesses prejudicados. Quando o PP for beneficiado, o PR estará sendo beneficiado junto. A recíproca se fará verdadeira. Daqui a pouco, o deputado Roberto Muniz vai colocar também essa posição. Será uma aliança bastante forte no interior. Isso já existe em diversos municípios, a exemplo daquele que é mais simbólico que é a candidatura do Líder do PP, Roberto Muniz, à prefeitura de Lauro de Freitas. Tenho a convicção de que será vitoriosa. Acho que daremos a nossa contribuição para a abertura de um novo ciclo político na Bahia.

Entendo que todos os fundamentos que fizeram com que nós, por determinado momento, pertencêssemos à Bancada do governo continuam vivos no sentido das idéias, da pluralidade do funcionamento político da Bahia. Sempre entendi, sempre compreendi que

política se faz com gestos e estes fazem com que as pessoas se componham, se aliencem e caminhem juntas. O nosso Partido, talvez pelo caminho errado, encontrou o processo de unificar-se. Hoje o Partido, conduzido pelo senador César Borges e com a nossa bancada de seis deputados federais e agora seis deputados estaduais, atuará de forma uniforme, sincronizada, defendendo sempre os superiores interesses dos baianos. Tudo que o governo enviar para esta Casa que seja positivo, que na nossa avaliação contribua para o efetivo crescimento do Estado, terá o nosso apoio. Todas as áreas em que o governo não estiver cumprindo com o compromisso que assumiu na campanha terá a nossa cobrança.

Quero dizer que os deputados desta Casa nos conhecem há algum tempo, conhecem os deputados que compõem as nossas Bancadas do PR e do PP sabem da nossa postura. E esperamos, a partir do segundo semestre, contribuir para um funcionamento cada vez melhor. Quem sabe, já estou vislumbrando que dentro de muito pouco tempo esta Assembléia terá um número significativo entre independentes e Oposição, o que é singular, para o funcionamento do processo democrático no nosso Estado.

Eu não poderia deixar de me dirigir também ao Líder do Governo, deputado Waldenor Pereira, à correção, a forma cortês, leal, respeitosa, com que sempre tratou a Bancada do PR em todo o tempo que tivemos a honra de ser conduzidos na Bancada da Maioria por V.Ex^a. Mas, a conjuntura política, e falando em conjuntura política eu não quero atingir ninguém do governo. A responsabilidade pela postura e conduta política do governo é de quem foi eleito para conduzir o governo. Portanto, essa responsabilidade no convívio entre os partidos pode ser delegada, mas é do governador, não quero responsabilizar ninguém. Acho que o governador fez a sua opção. Hoje há 50 deputados na Base; no PR somos 6, pode não representar nada, mas no futuro pode ser ruim, vamos avaliar na frente.

Hoje, sinto-me até, meu caro amigo Pedro, V.Ex^a que veio somar conosco a partir de segunda-feira, com um fardo a menos nas costas. Livre, como sempre atuei, cobrando sempre, dizendo o que eu penso e cobrando as posturas do governo. Com a sua chegada a nossa Bancada vai qualificar o debate aqui na Assembléia Legislativa, não tenho dúvida nenhuma.

Portanto uso esse expediente para centralizar e comunicar a esta Casa a decisão do Partido da República de forma unânime de se desvincular do apoio ao governo e passar atuar junto com o Partido Progressista de forma independente nesta Casa.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de 20 minutos. (Pausa) Com a palavra o deputado Roberto Muniz pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ROBERTO MUNIZ:- Sr. Presidente, não posso negar que subo a esta tribuna duplamente feliz. Primeiro, por ver voltar a esta Casa um dos mais brilhantes deputados que por aqui passou. Talvez, a história hoje reescreva uma página original, ao reconduzir para junto de nós, alguém que sempre foi um dos melhores tribunos que por aqui passou. Quero

parabenizar, primeiro, ao deputado Tarcízio Pimenta pela atitude de abrir mão do seu mandato, talvez até pela grande extensão e dificuldade em comandar uma eleição no segundo maior município da Bahia e que vai necessitar da sua presença constante nas ruas, nas localidades de Feira de Santana. Ao abrir mão ele nos permite e nos brinda com a presença desse grande tribuno, grande deputado que é o nosso companheiro Pedro Alcântara dizendo que fico feliz com o seu retorno a esta Casa.

Em segundo lugar, mais feliz também fico porque recebo hoje nos corredores da Assembléia Legislativa a oportunidade de poder fazer parceria com um grande partido. Iniciamos há 1 ano e meio a posição do PP com o PRP de estarmos independentes.

Inicialmente, fomos criticados porque diziam que partido político tem que ser governo ou Oposição. E a postura dos deputados do PP e do PRP, como nossa companheira Antônia Pedrosa, foi dizer que acima dos interesses partidários estava os interesses dos baianos. E assim foi a nossa posição até hoje nesta Casa de proporcionar a votação junto com a Bancada da Maioria nos projetos que achávamos convenientes e importantes para o povo baiano, também se agigantar na luta quando sentíamos que os interesses dos baianos estavam sendo preteridos.

Então, recebo com prazer e alegria enormes mais este partido, o PR, na Liderança do grande deputado Elmar Nascimento para que possamos juntos estabelecer um trabalho nesta Casa, na qual se amplia a posição independente e se qualifica com a chegada desses deputados. Tenho a convicção de que essa posição do PR tomada hoje - ontem foi do PP e do PRP - vai inspirar novos colegas a estarem conosco para que tenhamos a possibilidade de construir uma política em que a posição individual de cada deputado seja respeitada, mas acima de tudo que se faça crítica permanente às ações governamentais no Estado da Bahia.

Fico feliz com a Bancada Independente que antes era pequena com apenas 7 deputados, hoje se agiganta, cresce. Tenho certeza de que o deputado Waldenor Pereira terá de todos nós sempre o respeito e a responsabilidade no trato que fizermos – acredito que será de forma mútua. Não é por que estamos ampliando que vamos divergir da forma que sempre atuamos conjuntamente aqui com respeito, com sinceridade. Tenho certeza de que isso vai construir um novo processo político e, quem sabe, não inspiremos outros colegas para estar conosco nessa caminhada.

Srs. Deputados, hoje quero fazer desta discussão, aliás quero pedir desculpas aos colegas porque já discutimos esse projeto, mas precisaria ter esse tempo para colocar algumas questões que, por vezes, passam à margem das discussões na Assembléia. Não tenho sido um político de trazer questões menores, locais para esta tribuna. Não faço isso porque entendo que o Estado da Bahia está acima das questões locais. Mas eu, como candidato a prefeito do município de Lauro de Freitas, preciso usar esta tribuna, Sr. Presidente, para colocar algumas questões que acredito ser relevantes para a relação entre o político e a sociedade. Preciso vir a esta tribuna para trazer ao leito natural a discussão sobre os recursos públicos, para que eles servem. Trago a esta tribuna a discussão para perguntar em que tamanho deve ser usado o recurso público na questão da publicidade ou se a publicidade deve ser feita de forma subliminar para que, num momento eleitoral, possa

surtir o efeito de fazer levar de roldão o sentimento e, quem sabe, o voto da população menos esclarecida, deputada Antônia Pedrosa.

Nas últimas semanas, vimos uma farra com o dinheiro público. Vimos *outdoors* nas ruas, propagandas em jornal, na televisão, tudo para ressaltar as ações ditas grandiosas da então prefeita Moema Gramacho. E publicidade é isso. É tentar demonstrar o que fez, colocar para a população as suas realizações e tentar num futuro próximo, através da eleição, se manter no poder, no intuito de manter aquelas políticas públicas que foram feitas.

E, aí, o que acontece, minha cara deputada Antônia Pedrosa? Temos estampado em diversos jornais, em página dupla, no jornal *A Tarde*, na *Tribuna da Bahia*, um fato difícil para a grande maioria dos municípios deste Estado, nem todos os municípios têm recursos para fazer uma publicidade desse tamanho. Mas o que é pior é que, no uso do recurso público para fazer promoção da administração sem o devido trato, se percebe que há uma vontade clara de fazer a publicação dessas obras. Aqui, a propaganda foi muito clara: *Aqui, tem obras de verdade*, em letras garrafais.

Numa das fotos, e quero falar aos deputados do PT, não sou de fazer alarde com questões menores de Lauro de Freitas. Aqui tem escrito: *Reforma dos estádios de Itinga e do centro*. Aqui, está a foto tirada ontem no estádio do centro da cidade. Aqui, está o jornal *A Tarde: Guarda Municipal sai às ruas no 2 de Julho*, manchete publicada ontem: Aqui, estão as condições desse mesmo estádio dito reformado. Aqui, temos outra foto que diverge completamente de ser uma obra feita e de ser uma verdade.

Esse material está à disposição para que V.Ex^{as} possam ver, e se quiserem ver se é verdade ou mentira, convido todos para bater um baba nesse campo neste final de semana. Posso levar a bola, deputado Aderbal, e vamos tentar bater um baba nesse estádio.

Senhores, isso é muito grave, não é grave só pelo uso indevido na quantidade do recurso público, é grave em se tentar manipular a população, colocar uma inverdade – e o povo não sabe o que é inverdade, tem que dizer que é uma mentira mesmo – e publicar no jornal. Mas chega ao ponto de dizer que fez a primeira farmácia popular, tudo pintado de vermelho.

Tenho a convicção de que o presidente Lula é um homem público que tem boa intenção, manda os recursos para fazer as obras, os programas, e podemos perceber que esse prédio colocado por ela, pintado de vermelho, foi construído no meu governo. Que coisa boa, aí, é fácil, fiz o Centro de Saúde da Mulher e ela pinta de vermelho. Está aqui: *Projeto humanizado, Centro de Saúde da Mulher, construído em outubro de 1998*. Aí, vai lá, pinta de vermelho, repinta e faz a propaganda da primeira farmácia popular. Pronto, vamos adentrar o recinto da farmácia popular: tudo bonitinho e as caixinhas vazias. Foi inaugurada, e o secretário Rui Costa esteve lá, inaugurando as caixinhas vazias. Amanhã vão pôr remédio. Tive a oportunidade hoje de ir à imprensa e pedir à prefeita que ponha remédio. Agora, precisava pintar de vermelho? Precisava publicar como se fosse uma obra dela? Eu fico estarecido com esse tipo de atitude.

Vejam, acho que ela tem tanta coisa a mostrar, ou não, que poderia colocar as ações do governo dela.

E não pára por aí, não. Nessas mesmas obras, de verdade - não sei nem se vou chamar de verdade - ela coloca aqui, deputado João Carlos Bacelar: restaurante popular, 3 mil refeições por dia. Quero convidar o Líder do PT, o deputado Paulo Rangel, para almoçar comigo lá amanhã ou na quinta-feira. Agora, acho que deveremos levar uma quentinha, porque o restaurante está assim...

Agora, se o deputado Paulo Rangel não for, V.Ex^a pode ir comigo deputado Zé das Virgens?

(O Sr. Zé das Virgens fala fora do microfone.)

O Sr. ROBERTO MUNIZ:- Eu agradeceria. V.Ex^a é uma pessoa equilibradíssima. O deputado Bira Coroa, que é da região, também pode ir. Pode ser amanhã ou na quinta-feira, mas quero que V.Ex^a chegue aqui e diga: “Olhem, o cardápio do que nós comemos lá, no restaurante popular, foi este, este e este.” Que, pelo menos, tenha duas, 3 ou 4 refeições.

Veja o que está dizendo, deputado Heraldo Rocha, que são 3 mil refeições por dia. Está dizendo aqui: obras de verdade!

Agora, senhores, há uma coisa interessante, nós vamos votar aqui o Produzir, que foi um programa muito criticado no passado e hoje é elogiado. Até recebeu um nome novo.

E o que eu estava imaginando? Uma cidade como Lauro de Freitas... Quase todos nós, a grande maioria, já destinamos verbas para obras do Programa Produzir em nossos municípios. Os do passado já conseguiram, e agora, os do presente. Não podemos negar que há um prosseguimento desse programa, como uma grande obra, 50 banheiros na Quingoma, numa cidade que arrecada, deputados, R\$ 15 milhões por mês.

O Sr. Luiz Augusto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROBERTO MUNIZ:- Com o aparte o meu companheiro Luiz Augusto.

O Sr. Luiz Augusto:- Guanambi arrecada só R\$ 4 milhões por mês, fiquei com inveja. Mas a maneira do PT administrar as cidades, garanto que é diferente. Tenho certeza absoluta que V.Ex^a não fará uma administração ao estilo da administração do PT. Quando puser no jornal é porque está funcionando há muito tempo. Vi as fotografias, e faz vergonha a reforma de um estádio onde existe cavalo comendo dentro, a existência de uma faculdade alugada, o restaurante sem ser construído. Acho que escreveram errado ou acharam que ninguém ia ler isso. Mas tenho certeza de que V. Ex^a fará que se multipliquem esses recursos, aliás, que se multipliquem, não, que se apliquem devidamente os recursos de Lauro de Freitas.

O Sr. ROBERTO MUNIZ:- Deputado, incorporo seu aparte e fico triste não com a questão eleitoral. Todos sabem que sempre disse que lá não há favoritismo de ninguém. A luta política é feita no dia-a-dia, nas ruas, entendo, agora o que não consigo entender é mais outra coisa, outra aberração, que está aqui. Vou levantar uma suspeita, e ela vai responder. Vai ser Bira, meu companheiro, vamos estar juntos. Está aqui. A foto da cidade Geração, campeã do emprego. Está aqui, há uma foto. Penso que esta fábrica foi trazida pelo ex-prefeito Marcelo Abreu. A propaganda em que ela põe Lauro de Freitas como campeã da geração de emprego e renda é uma fábrica, a cuja direção vamos enviar um ofício perguntando quando ela se instalou no município.

Acho que isso aqui, independentemente de questões políticas, é um absurdo sem tamanho. Não percebo que haja uma vontade clara de informar algo ao povo da cidade. O que as pessoas querem, através dessa publicidade, é desinformar, é formar de forma maldosa. E ficamos lá, presos, por quê? Porque a cidade não tem uma televisão, é coberta pela grande mídia da Bahia, que está começando a perceber o momento eleitoral agora.

Mas vou voltar a falar sobre esses temas e quero pôr bem ao largo as relações pessoais que tenho aqui, porque tenho com todos uma relação de muito respeito, até com a ex- deputada Moema, atual prefeita. Mas com isso aqui nós da Assembléia, presidente, não podemos compactuar. O dinheiro público não pode ser gasto dessa forma, isso é uma irresponsabilidade com o povo, é o mesmo que uma corrupção passiva, porque esses recursos estão sendo malversados.

Olha, se existem duas cidades - uma cidade na imprensa e outra nas ruas -, não tenho culpa presidente, mas quero só refazer, com a chegada do meu amigo Paulo Rangel, o convite para irmos almoçar, amanhã, no Restaurante Popular de Lauro de Freitas. V. Ex^a não vai poder ir? Então indique outra pessoa para representá-lo, Sr. Presidente, indique alguém que não precise comer, porque não vai haver refeição lá, amanhã!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, a minha fala neste projeto tem por objetivo, no primeiro momento, parabenizar a atitude do deputado Tarcízio Pimenta, do nosso partido, que entendeu a necessidade da prevalência de se dedicar unicamente à sua candidatura a prefeito de Feira de Santana. Cidade esta que tem uma importância muito grande no cenário político do nosso Estado, que tem hoje o deputado Tarcízio Pimenta liderando todas as pesquisas de opinião pública naquele município, que vem a cada dia se consolidando como nome favorito à sucessão do grande prefeito também do Democratas, José Ronaldo de Carvalho, que vai evidentemente coroar, deputado João Carlos Bacelar, com a vitória de Tarcízio, todo o empenho, toda a dedicação e toda a administração exitosa...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, permita-me interromper, V.Ex^a tem apenas 10 minutos. Foi um equívoco.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Farei dentro desse prazo.

(...) e que a cada dia vem ganhando apoios importantes, como foi na última semana, na sua convenção, com apoio do deputado estadual Fernando Torres, do Partido Revolucionário Trabalhista Brasileiro – PRTB – da Base do governo, mas que teve, deputado Heraldo Rocha, a grandeza de homem público de entender que, neste momento, o clamor das ruas de Feira de Santana, o clamor do povo feirense pelo nome de Tarcízio Pimenta.

Em nome do Partido Democratas, deputado Heraldo Rocha já o fez hoje, nós queremos agradecer a grandeza do espírito público de V.Ex^a que soube de forma muito

clara diferenciar apoio governamental, apoio da Assembléia Legislativa, como bem coloca V.Ex^a, que continuará dando sustentação ao governo Jaques Wagner aqui nesta Casa, até quando ele entenda suficientemente importante. Mas que Feira de Santana, naquele momento, está muito acima dos interesses partidários, pessoais e individuais.

Feira de Santana hoje e a sua atitude, como gesto nobre, de quem consegue entender e acima de tudo auscultar, deputada Marizete Pereira, a vontade e o clamor das ruas, e lá o que se diz e o que se preceitua é uma vitória extremamente significativa elegendo o companheiro, brilhante deputado, opositor de linha, correto, leal, que é o deputado Tarcízio Pimenta, no primeiro turno nas eleições de Feira de Santana.

Fato este, deputado Heraldo Rocha, que irá contagiar a Bahia toda. Eu digo aqui hoje, deputado Marcelo Nilo, que saio extremamente entusiasmado desses últimos finais de semana, onde os Democratas, os partidos aliados, estiveram realizando as convenções municipais, em diversos municípios da Bahia, e começamos a sentir o clamor, o palpitar das ruas, onde evidentemente voltaremos fortes no trabalho que a Oposição tem realizado neste momento.

Portanto, quero deputado Fernando Torres, neste primeiro momento, lhe elogiar pela grandeza. Da mesma forma elogiar a postura do deputado Elmar Nascimento que no gesto de retribuição, em que coloca o seu posicionamento como Líder, que encaminhará ao partido na próxima quinta-feira; um gesto de grandeza em admitir de forma muito clara o gesto do nosso partido, deputado Misael Neto, que teve o papel importante de perceber a grandeza desse gesto de poder reaproximar o Partido da República, fato esse que já vinha se manifestando nesta Casa, deputado João Carlos Bacelar, deputado Misael Neto. E entendendo que há questões do ponto de vista macro importantes a serem realizadas, e evidentemente que o gesto também já realizado com o Bispo Marinho que acabou assumindo uma vaga na Câmara Federal, numa dedicação do deputado Luiz Carrera à coordenação política da campanha do deputado ACM Neto. E agora, deputado Ivo de Assis, os Democratas mostrando o espírito público, a grandeza e o desejo, acima de tudo, de vê-los novamente no caminho que interessa a Bahia, que interessa os baianos, de independência sim de votarmos aqui aquilo que interessa, que essa, deputado João Carlos Bacelar, é uma posição que também nos atrai muito. A Oposição tem dado demonstrações claras, diante de projetos importantes que o governo encaminha a esta Casa, de que a Bahia e os baianos sempre terão prevalência no nosso posicionamento. Evidentemente, naquelas situações em que possamos nos aglutinar, buscaremos sem cessar o aprimoramento das proposições, como foi o caso dessa da CGE. O mesmo procedimento adotamos em relação a este projeto do Judiciário, que já foi encaminhado pelo deputado Elmar, em parceria conosco e com o deputado Heraldo Rocha.

Enfim, esse gesto de grandeza mudará, efetivamente, o quadro político nesta Casa. Talvez agora mais do que nunca esta Assembléia possa se manter de forma independente, deputado José Nunes, desfazendo esse discurso enganoso de que este governo respeita o Legislativo.

Não é verdade, o atual governo estava acostumado a passar por cima, como um trator, da vontade da Minoria. Mas já começa a haver uma nova correlação de força com

essa atitude do PP e do PRP. E assim, efetivamente, teremos aqui uma postura muito mais crítica, deputado J. Carlos. E não tenho dúvida de que isso ajudará os próprios parlamentares governistas, que começarão a ser mais respeitados.

Mais respeitados, sim, porque, segundo as informações que nos chegam, diante da ampla maioria governista, nem sempre os pleitos dos deputados da base do governo são contemplados. Agora vão ser, deputado José Nunes. Então esse gesto acaba, de uma certa forma, ajudando o Poder Legislativo como um todo. E o PMDB passa a ter uma participação extremamente importante nesse processo.

Deputado Roberto Muniz, faço justiça ao seu posicionamento, pois desde o primeiro momento V.Ex^a vem defendendo uma atitude independente, votando a favor do que é bom para a Bahia, mas tendo a altivez de avaliar, sugerir, colaborar e reprovar determinadas demandas que nem sempre coadunam com os interesses desta Casa.

Estamos felizes, deputado João Carlos Bacelar, por podermos participar, ao lado do ex-governador Paulo Souto, do deputado federal ACM Neto e de toda a Bancada, dessa costura que vínhamos tecendo com todo o cuidado que o momento exigia. E agora coincidiu com esse gesto do deputado Tarcísio Pimenta de pedir licença para dedicar-se exclusivamente a sua campanha para a Prefeitura de Feira de Santana, que é o seu sonho.

Portanto, é um gesto importante que vai ser um divisor de águas nesta Casa. E agora, efetivamente, o PMDB vai voltar a ter, haja vista a sua grandeza, um papel ainda mais importante nesta Assembléia. E assim não ficaremos mais a reboque de um entendimento do PT e do PCdoB, que muitas vezes entenderam de passar por cima dos interesses deste Poder.

Esse foi o primeiro passo. Estamos abertos para conversar com outras agremiações partidárias que entendam e percebam a necessidade de construirmos um Poder independente na sua essência, votando aquilo que de fato interessa ao povo baiano, mas tendo a coragem e a altivez de se posicionar, deputado Aderbal Caldas – V.Ex^a que é membro do Partido Progressista –, para que efetivamente avancemos.

Deputado José Neto, V.Ex^a agora vai ter de ter mais cuidado para avaliar. Espero que o senhor faça, em Feira de Santana, o que fez o deputado Fernando Torres; enfim, espero que faça o que o seu coração manda.

Esse é o sentimento da nossa Bancada, que vê com muito bons olhos esse gesto do Partido da República, na medida em que contribui para o engrandecimento deste Poder Legislativo.

Isso, deputado J. Carlos, é bom para todos. Fortalece o governo e os deputados, que serão vistos com outros olhos, já que esta Casa agora começa a ter uma nova formação partidária, que efetivamente norteará as votações dos projetos.

Não tenho dúvida do papel que deputado Pedro Alcântara, que deve assumir na próxima segunda-feira, desempenhará aqui, haja vista a sua competência e seriedade demonstradas aqui durante muitos mandatos. Ele engrandecerá os nossos trabalhos com sua voz crítica e contributiva para que a Assembléia possa efetivamente fazer aquilo que o governo preceitua, que é a independência dos Poderes, nunca vista na Bahia, e que agora iremos começar a ver.

Portanto, quero registrar esse gesto importante. Não tenho dúvida de que o PSDB nas próximas vindas, pode refazer seu posicionamento. Estamos abertos, presidente, até porque tudo que for bom para a Casa e bom para a Bahia, a Oposição agradece, elogia e saúda, deputado Heraldo Rocha.

Deputado Pedro Alcântara, herei de vê-lo aqui estreando, com o brilhantismo, a voz crítica, serena, contributiva, que sempre permeou suas atitudes e suas ações no Parlamento. Fico feliz de tê-lo mais uma vez aqui nesta Casa, de forma provisória agora, mas a partir do dia 1º de janeiro de 2009 com mandato definitivo, já que teremos uma campanha vitoriosa em Feira de Santana.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Nunes pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ZÉ NUNES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para concordar plenamente com a fala do nobre Líder da Oposição, deputado Gildásio Penedo, todos nós certamente concordamos com V.Ex^a quando disse que hoje a democracia passa a ficar mais fortalecida nesta Casa porque vai haver o equilíbrio de forças nas decisões. O governo, neste dia, perde o apoio de seis deputados do Partido da República, o PR, e de sete deputados do PP. De forma que perde com isso 26% de sua Bancada numa tacada só. Realmente o governo sofreu uma baixa muito grande neste início de noite. Sorte que ganha a democracia, perde o governo, e realmente vamos ter o debate mais equilibrado.

Hoje, todos nós estamos felizes. Tenho certeza absoluta de que a Bancada do PMDB, que também não deve estar satisfeita com o governo, depois das eleições municipais poderá também tomar essa mesma decisão, porque o governo realmente não trata bem seus deputados, os deputados que o apóiam. Se hoje formos fazer uma enquete com todos aqueles que deram um crédito de confiança a este governo, veremos que existe uma insatisfação generalizada.

Hoje, vemos, com certeza, a satisfação apenas da Bancada do PT na Bancada do governo. Nem mesmo os deputados do PCdoB demonstram satisfação, embora ainda estejam calados. Mas é verdade, sim, deputado Heraldo Rocha, que até mesmo na Bancada do PMDB a insatisfação é aparente, e eu não tenho dúvida de que depois das eleições municipais também irá repensar o seu posicionamento.

Quero dizer, também, que fico muito feliz com a decisão do nobre deputado Tarcízio Pimenta, que pediu uma licença de quatro meses. Em seu lugar irá assumir o nobre deputado Pedro Alcântara, grande deputado que irá engrandecer o debate nesta Casa durante esse período. Como a eleição de Tarcízio Pimenta é uma realidade e hoje as pesquisas indicam que ele terá um resultado positivo ainda no primeiro turno, Pedro Alcântara irá consolidar o seu mandato nesta Casa. Portanto, hoje é uma dia de muita alegria para todos nós, principalmente para aqueles que fazem oposição ao governo, por ver a nossa Bancada da Oposição fortalecida por mais 13 deputados. Isso é de uma importância muito grande, nobre presidente.

Quero terminar dizendo que hoje ganha a democracia e ganha esta Casa Legislativa. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, teleouvintes da TV Assembléia Legislativa, radiouvintes da Rádio Oposição, ouvimos atentamente os discursos dos deputados Elmar Nascimento, Roberto Muniz, Gildásio Penedo, José Nunes. Esta Casa está vivendo hoje um momento importante para a democracia.

Os senhores parlamentares tomam posições de independência. Isso é fantástico, é histórico e importante. Isso nos traz uma alegria interior porque os quadros tanto do PR quanto do PP são importantíssimos para o fortalecimento desta Casa Parlamentar. Assistimos a um exemplo prático que é esse projeto do Plano de Cargos e Salários, é o agachamento da base aliada do governo. Estão-se apequenando, e a primeira dama já chamou a atenção para isso, e nas declarações bombásticas que faz diz que o governador precisa ter mais pulso firme, administrar esse Estado.

Então, este é um momento importante. Estou muito feliz hoje, mas não é só porque os blocos do PR e do PP tornam-se independentes; isso é fundamental, mas estou feliz também pela atitude democrática do nosso deputado estadual, bravo companheiro deputado Tarcízio Pimenta, de se afastar do seu mandato parlamentar para assumir de corpo e alma a sua campanha de Feira de Santana já vitoriosa. Os demais candidatos deveriam proceder da mesma forma porque terão mais tempo para se dedicarem às suas atividades nas respectivas cidades onde são candidatos, sejam deputados federais ou estaduais. Isso é fundamental para que possam dedicar-se inteiramente.

Se por um lado perdemos um grande companheiro para ser candidato em Faria – ele será vitorioso no primeiro turno, as pesquisas indicam isso – , por outro lado vem para o nosso convívio um companheiro, o deputado Pedro Alcântara. Tive a honra de ter sido seu liderado nesta Casa quando ele foi líder do governo César Borges. Pedro tem uma história de serviços prestados nesta Assembléia Legislativa.

Deputado Roberto Muniz, não pude apartear-lo, conheço-o há muito tempo. Quando V.Ex^a foi prefeito, meu filho fazia parte de sua assessoria; ele o admira por sua competência, pelo trabalho que V.Ex^a desenvolveu em Lauro de Freitas.

Eu era seu adversário político, já que era oposição ao nosso governo. Naquela oportunidade eu dizia: tenha cuidado. Mas ele faz elogios gratuitos e importantíssimos ao seu trabalho como prefeito. E quando V.Ex^a mostra aquele quadro dantesco da malversação do dinheiro público ocorrido na cidade de Lauro de Freitas, fico até preocupado porque a deputada Moema foi nossa colega.

Desta tribuna ela fez muitos discursos sobre ética, moral, combate à corrupção. E vi a página dupla de um jornal da cidade com ela fazendo propagandas mentirosas e usando

recurso público. V.Ex^a citou o restaurante popular, o campo de futebol, a fábrica. A responsabilidade de gerir algo que é público é muito grande.

Nesse período de 10 dias viajei muito pelo interior e verifiquei vários municípios. Ontem visitei o município de Itajuípe de um prefeito meu e fiquei encantado com a administração; ele assumiu uma administração precária. Falarei sobre isto logo em agosto, após o recesso ou, se tiver oportunidade, ainda hoje. Mas Itajuípe é uma cidade muito bem administrada pelo prefeito Marcos Dantas, com recursos próprios do município. Visitei-a ontem praticamente o dia todo, porque participei da convenção já no final da tarde. Cheguei a um bairro que conheci antes e não o reconheci. Perguntei que bairro era aquele, e ele respondeu: “Heraldo, é o Santa Edwiges”. Transformou o bairro com calçamento, esgotamento sanitário, construção de centro de saúde, construção de escolas, eu fiquei encantado.

Conversava hoje com alguns companheiros e dizia: “Por que os outros prefeitos também não fazem o mesmo? Por que os outros prefeitos não constroem com recursos públicos do município?” Depois, visitei o bairro de Pitangueiras, a mesma coisa, posto de saúde bem construído, as escolas todas reformadas, quadra de esporte. Visitei o Alto da Liberdade, vi lá um posto de saúde de excelente condição, com todo o material e equipamentos necessários. Você anda com o prefeito na rua e a população o abraça, o recebe. É raro ver isso.

Houve uma festa de São Pedro lá e o prefeito me convidou para ir ao palco. Eu disse: “Eu não vou porque nós podemos ser vaiados. Ele disse: “Não, comigo o senhor vai. Subimos ao palco, e ele foi bem recebido pela população”. Isso gratifica o parlamentar, gratifica o prefeito, gratifica a comunidade.

Eu disse ontem na convenção de Itajuípe, já no final da tarde, depois de uma caminhada longa entre Laje, Itapetinga, Macarani, Maiquinique, Itambé, Itororó, Teixeira de Freitas, que encerrava as convenções com o coração cheio de alegria e voltava para Salvador aumentando a nossa responsabilidade como parlamentar, mas sobretudo reconhecendo aquele gestor público que é competente, que aplica os recursos públicos em prol do município. Com aquilo eu me fortaleci, deputado Luiz Augusto, por continuar sendo oposição, porque fomos mal acostumados, na verdade. Quando éramos governo, levávamos as obras do governo para os municípios, hoje temos que levar as nossas propostas, as nossas idéias.

Eu assino embaixo e tenho certeza de que todos os parlamentares da Oposição que foram ao interior foram bem recebidos, como eu fui. Todos os parlamentares da Oposição são reconhecidos hoje no interior como bravos guerreiros que estão fiscalizando com seriedade os recursos públicos, porque esse governo – perdoe-me o Líder Waldenor porque sei das suas dificuldades, e hoje com mais esse traumatismo, a seqüela deixada por essa posição do PR, V.Ex^a deve estar realmente preocupado, e é natural que fique preocupado, mas são parlamentares que vão apoiar, quando for o caso, como nós estamos apoiando, porque a nossa oposição é uma oposição consciente.

O que for bom para a Bahia e para os baianos conta com os nossos votos, como agora o Produzir. Quantas vezes a Bancada que hoje é governo e que era Oposição – não foi uma

nem duas vezes, deputado Ivo de Assis – votou contra esse projeto? Projeto importantíssimo, projeto significativo, que melhora os indicadores sociais tão criticados pelo nobre deputado Waldenor.

Estou preocupado, deputado Waldenor. Quando ouço V.Ex^a falando, fico analisando: a educação vai mal. V.Ex^a tem de reconhecer, não vai bem. A saúde, mesmo sendo um companheiro seu, vai muito mal, péssima. Estou fazendo um levantamento da situação das das Santas Casas na Bahia, deputado Roberto Muniz. As Santas Casas não estão recebendo dinheiro da Secretaria da Saúde.

Outro dia, para concluir, ouvíamos as entidades de apoio a idosos e crianças, que não estão recebendo há seis meses, e esse governo se diz um governo republicano, transparente. Então, na verdade, ele não é nem republicano nem transparente; ele é um governo nebuloso, é um governo que está realmente debaixo de uma penumbra muito grande, porque ainda não começou a governar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado no âmbito das comissões.

Para discutir o projeto o deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de 20 minutos.

Antes, porém, há sobre a mesa um requerimento que passo a ler: “*Requeiro, nos termos do art. 89, parágrafo único do Regimento Interno, a prorrogação da sessão pelo tempo de 900 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.*”

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, iremos votar aqui, além do projeto Produzir 3, a LDO em segundo turno. Infelizmente, não votaremos o Plano de Cargos e Salários dos Serventuários do Judiciário e, ao encerrar este primeiro semestre de 2008, já vamos para um ano e meio do governo Jaques Wagner, não temos muito a comemorar em relação a este governo.

Tivemos aqui, ao longo deste ano e meio, debates importantes. Votamos alguns projetos, é bem verdade, mas, infelizmente, o governo não mostrou ainda o que aparece na propaganda. O que vemos, ao longo deste período, são propagandas enganosas. Não podemos comemorar uma melhoria na área da Saúde. Não podemos comemorar uma melhoria na área da Educação. E quando se fala da área da Segurança as manchetes são cada vez mais, eu diria, terríveis, como esta de hoje, da *Tribuna*: “*Traficantes declaram guerra e cassam PMs.*” No ano passado, vinte e seis policiais militares foram mortos em serviço, no ofício de defender o cidadão. Neste ano de 2008, já são 2! O editorial do jornal *A Tarde*, de hoje, diz exatamente isto: “*Polícia acuada*”. Gostaria de ler este editorial para

que fique registrado nos Anais desta Casa este fato, porque é muito interessante para a segurança.

(Lê) *“Polícia acuada.*

Reportagens recentes deste jornal evidenciam a precariedade com que o Estado cuida do dever de casa, que consiste em oferecer condições minimamente satisfatórias para que os agentes policiais possam desempenhá-lo a contento. Reina entre eles a síndrome do pânico, a que se juntam estados quase permanentes de depressão e alcoolismo.

Quando esses fatores não se conjugam, perdura um sentimento geral de angústia. O agente da Polícia Militar (PM) não suporta a pressão diária da atividade e o medo de tombar, a qualquer instante, vítima da criminalidade. O PM Reginaldo Pereira Silva, de 37 anos, foi o 17º soldado assassinado este ano na Bahia. Integrante do Batalhão de Guarda, abateram-no a tiros, anteontem, em Pau da Lima.” Quer dizer, é o 17º de uma relação de 21 só este ano.

“O quadro é alarmante: se a polícia, preparada e armada para combater o crime, teme expor-se ao confronto direto, imagine o que não sente a população indefesa. Salários baixos, más condições de trabalho e falta de reconhecimento afetam a saúde mental da maioria dos agentes. Muitos residem em bairros de traficantes. Acossados pelo medo de virem a ser identificados como milicianos, chegam a esconder a farda ou evitam lavá-la à vista da vizinhança.

A esse cenário lastimável junta-se o estado dos módulos da PM: ou abandonados por policiais, ou degradados em bairros e subúrbios mais perigosos. Dados da corporação mostram que 12 das 17 mortes de PMs ocorreram quando sequer estavam em serviço. As outras vítimas perderam a vida na luta contra a violência.”

A Secretaria da Segurança mandou fechar os módulos policiais, dizendo que era uma nova estratégia para o policiamento com viaturas. Mas mostramos aqui que, ao longo de 2007 a 2008, não se comprou praticamente nenhuma viatura, nobre Líder Gildásio Penedo, pouquíssimas, agora em 2008, algumas alugadas, nem compradas foram, mostrando que se anuncia uma estratégia, mas nem os instrumentos, que são as viaturas, têm para que se faça esse policiamento ostensivo através de ronda. E os módulos estão abandonados.

Bem, continuando o editorial: (lê) *“O salário básico é de R\$417,84. Somado à Gratificação de Atividade Policial, GAP, ao auxílio-alimentação e a outros benefícios, alcança R\$1.800,00. 'É pouco dinheiro e muito risco de vida', comenta um PM. Ter remuneração extra é algo comum na categoria. Se faltam policiais nas ruas, é fácil encontrá-los à paisana, como seguranças privados de lojas, faculdades, centros comerciais e condomínios residenciais.*

Agora, a Prefeitura de Salvador criou uma Guarda Municipal, com que pretende garantir a vigilância e a segurança de parques, jardins, praias e áreas de proteção ambiental, conforme já acontece em Feira de Santana e Lauro de Freitas. Vistosa, a farda parece de combatente. Nesse estado de pânico geral, a medida foge à redundância, desde que os novos milicianos tenham preparo e condições de trabalho satisfatórios.” Porque não adianta colocar o policiamento e não dar as condições e os instrumentos de trabalho

para que eles façam realmente o policiamento ostensivo ou o policiamento de órgãos públicos etc. Enfim, a segurança pública continua ainda um caos no Estado da Bahia, depois de um ano e meio de governo.

Nós vimos aqui o Líder deputado Waldenor Pereira exaltando as diversas obras que o governo está a anunciar, mas o que mostra a propaganda é que essas obras é como se já estivessem iniciadas e algumas até para concluir, como a Via Portuária, o Hospital do Subúrbio, a Ferrovia Oeste-Leste. Enfim, deputado Luiz Augusto, o governo anuncia como se já estivesse construindo as obras. Eu até admiro essa capacidade que esse governo do PT tem de fazer propaganda enganosa.

Aqui, o deputado Roberto Muniz citou a propaganda enganosa da Prefeitura de Lauro de Freitas, mostrando como uma coisa normal pintar prédios públicos já existentes e inaugurar como uma nova obra. Isso o governo Jaques Wagner andou fazendo pelo interior do Estado, inaugurando obras que já estavam concluídas ou a concluir. Inclusive, em algumas indústrias já concluídas, ele apenas foi lá e inaugurou. Essa é uma marca do PT, tentar enganar a população.

Mas ficamos satisfeitos ao ver aqui, hoje, nesta Casa - o que chamaríamos de democracia, porque aqui se faz a verdadeira democracia -, o pronunciamento do deputado Elmar Nascimento, um bravo deputado, valoroso e que tem dado uma grande contribuição, também o deputado Roberto Muniz e o Bloco PR/PP, para que esta Casa não fique acossada, manietada, sob a pressão do Executivo. Esta Casa precisa ser independente!

Os projetos do Executivo que para cá vêm, devemos analisá-los, discuti-los, votá-los e aprová-los se forem, realmente, para o bem da população do Estado, mas não querer que se aprove aqui qualquer projeto apenas para satisfazer o Executivo.

Parabenizo os Líderes desses partidos, PP e PR, que vêm dar uma grande contribuição ao debate e, eu diria, à saúde da democracia na Casa. O deputado Heraldo Rocha dizia isso ainda há pouco, mostrando que o Parlamento vive do debate, da discussão, e que esse debate não pode ser manietado a todo momento pelo Executivo. Os projetos não devem ser aprovados aqui apenas sob pressão do Executivo, mas de acordo com sua conceituação, se o projeto é ou não benéfico à população do Estado, não importa de onde venha, se do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público ou da lavra dos próprios deputados.

Por isso, acho importante que as minorias sejam respeitadas e que tenham também vez e voz na Casa, além de voto. Acho que o Bloco PP/PR, assim como o Bloco Democratas/PTN, vai dar uma nova dinâmica à discussão neste Parlamento, e quem ganha com isso é a população do Estado da Bahia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, iremos votar o projeto que estamos a discutir, o Produzir III, que foi antecedido pelo Produzir I e o Produzir II, que, com recursos do Banco Mundial, contemplaram o Semi-Árido do Estado da Bahia nos governos de Paulo Souto e César Borges. No segundo governo de Paulo Souto, esse trabalho foi desenvolvido novamente em diversos municípios do Estado da Bahia, que tem 2/3 do seu território no semi-árido e onde se concentra a população com o maior índice de pobreza, os menores indicadores sociais. É necessário que haja a continuidade desse trabalho, por isso vamos

votar a favor desse projeto, para que haja continuidade dessas ações. No passado, os deputados da Oposição, do PT e de outros partidos, votavam contra, como votou contra o projeto do Rio Gavião, que foi feito na calha do Rio Gavião, beneficiando 15 mil famílias do Sudoeste do Estado da Bahia. Teve o voto contrário da Oposição. Foram 13 municípios daquela região, entre eles Belo Campo, Tremedal, Piripá, Cordeiros, Maetinga, Condeúba, Jacaraci, Presidente Jânio Quadros, Guajeru. Aracatu está fora, entrou no Prodecar, que virou Terra de Valor, e ainda não saiu. Ficaram os recursos, e precisamos botar para funcionar, nobre Líder Waldenor Pereira. Nós incluímos sete municípios na segunda etapa do Pró-Gavião, que seria o Prodecar daquela região.

E V.Ex^a, que é daquela região, deveria ter todo o interesse em que o Prodecar, que virou Terra de Valor, que já estava contratado, com recursos em caixa, com ações já programadas, mas ainda está patinando. Foram incluídos mais oito municípios: Aracatu, Bom Jesus da Serra, Mirante, Caetano, Poções, Planalto, Manoel Vitorino, Boa Nova. E esse programa deve ser operacionalizado para que os beneficiários lá na ponta, os sertanejos, tenham realmente o benefício desses projetos.

Foi o que aconteceu com o Produzir I e o Produzir II, houve diversas ações, como abastecimento de água na zona rural, energia elétrica, cisternas comunitárias. Só o Pró-Gavião fez nesses 13 municípios do Sudoeste 15 mil cisternas, um dos primeiros programas a contemplar a construção de cisternas individuais, nos domicílios, com captação de água do telhado, o que deu uma sustentabilidade muito boa àquela região, além da construção de diversas barragens, a água da cisterna para consumo humano e das barragens para consumo animal e para outros usos, além de peixamento e outras utilidades.

Então, nós estamos querendo dizer que no passado a maioria dos projetos que beneficiaram a população do Estado da Bahia não teve o voto da Oposição. Eram contra porque eram contra. Esse era o lema. E nós não praticamos aqui isso aqui, ao longo de um ano e meio do atual governo, nós sempre votamos com coerência, votamos os projetos que venham a beneficiar toda a população. Enfim, foram diversos projetos desenvolvidos, estamos aqui para que seja votado o projeto Produzir III, que eu acho de grande importância, porque vai realmente levar recursos para construir obras e serviços numa região ainda deprimida economicamente, que é a região do Semi-Árido. Lá foram desenvolvidas diversas ações nos governos passados ao longo de 16 anos, e os indicadores sociais melhoraram significativamente.

Vou citar um dado do projeto Rio Gavião. Foi feita uma avaliação antes, durante e depois do projeto. Aumentou a renda do produtor rural nos 13 municípios onde o Pró-Gavião foi desenvolvido, um aumento de 30%, mostrando, deputado Waldenor Pereira, que esses projetos de desenvolvimento regional sustentável são de grande importância para o Semi-Árido, porque contemplam ações que, além de dar uma melhor qualidade de vida à população, no caso da eletrificação, no caso do sistema simplificado de abastecimento de água, de barragens, mas também com ações que eu chamaria de produtivas, como o financiamento da caprinocultura, o desenvolvimento de tecnologias para produção de bancos de leguminosas, para que os animais sejam alimentados no período da seca, porque a seca é permanente, vem todo ano, não adianta dizer, vamos fazer ações de combate à

seca. Sabemos que a seca é permanente. Temos que programar ações de convivência com a seca. O produtor rural, o pequeno produtor, o homem do campo precisa de ações para que tenha convivência com a seca e permaneça no seu habitat. É muito mais barato financiar, colocar ações que venham trazer uma melhor qualidade de vida para o homem do campo que já vive na sua própria região, do que fazer, as vezes... - . não sou contra a reforma agrária, há grandes projetos de reforma agrária - e não dão assistência técnica, porque esse homem que está morando...

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Para concluir, deputado

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Para concluir, Sr. Presidente, deputado J. Carlos, que preside esta sessão neste momento, com a sua devida tolerância.

... o homem que está no seu próprio habitat, onde já há praticamente uma reforma agrária natural, que vive no seu pequeno domicílio rural, já tem ali suas raízes. É preciso que o governo leve essas ações que vão trazer uma melhor qualidade de vida e uma convivência no seu ambiente, mas com uma qualidade de vida melhor com geração de emprego e renda.

Por isso, voto a favor deste projeto, porque dá continuidade, apesar de não terem sido aprovadas as emendas que iriam melhorar substancialmente o projeto, mas voto a favor, dizendo que esse tipo de projeto é sempre bem vindo para o nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Convido a deputada Marizete para compor a Mesa. Convido o deputado Luiz Augusto para compor a Mesa. Concedo a palavra ao nobre deputado Paulo Rangel pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, subo a esta tribuna, neste momento, não com a intenção de obstruir esta sessão, mas venho, neste momento, por que mesmo tendo todo o carinho, todo respeito pelo deputado Roberto Muniz, que me antecedeu, gostaria de dizer a esta Casa e àqueles que assistem a TV Assembléia, que ele além de cometer algumas injustiças, ele cometeu alguns deslizes em relação àquilo que foi colocado a partir desta tribuna.

Mas antes de fazer qualquer questionamento em relação aos comentários feitos pelo deputado Roberto Muniz, gostaria de dizer que não só nós do Partido dos Trabalhadores, mas a sociedade baiana, o povo de Lauro de Freitas, organizações internacionais, entendemos a administração da prefeita Moema Gramacho como exemplar, referencial e, para nós, revolucionária, porque inverte prioridades, é participativa e transparente.

Temos conhecimento das dificuldades de Lauro de Freitas, uma cidade que teve um crescimento desorganizado e, até por dificuldades no seu planejamento, apresenta grandes deficiências na sua estrutura, assim como no aspecto social e econômico, o que faz com que ela, mesmo sendo rica em termos de arrecadação, tenha que conviver com grandes problemas.

Mas, Sr. Presidente, logo que cheguei a esta Casa, em virtude, por sinal, da eleição da nossa companheira Moema Gramacho a prefeita de Lauro de Freitas, visitei esse município

numa época de cheias, de chuvas e pude ver a dificuldade que a nossa prefeita teria para administrá-lo.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passaram-se três anos e meio, e a cara de Lauro de Freitas mudou do ponto de vista dos consertos, das manutenções, mas mudou, principalmente em relação às inovações, às realizações, o que faz com que Lauro de Freitas, hoje, possa ser vista como uma referência em termos de administração pública. E tudo isso graças à competência, à garra, à dedicação, à responsabilidade daquela pequenina grande mulher, pequenina grande prefeita, que se chama Moema Gramacho.

Pois bem, Sr. Presidente, só do ponto de vista do novo – e é bom que se diga que a administração de Moema Gramacho caracteriza o novo - irei citar alguns projetos, algumas obras, algumas realizações essenciais e fundamentais para que o povo, principalmente o mais necessitados, de Lauro de Freitas, possa exercer a cidadania.

Mas gostaria de iniciar por um ponto, Sr. Presidente: o deputado Roberto Muniz convidou-me para almoçar, quinta-feira, no Restaurante Popular de Lauro de Freitas. Não sei por quê, mas acho que ele não leu, deputado Waldenor, a revista editada pela setor de Comunicação da Prefeitura de Lauro de Freitas, a qual, em nenhum momento, apresenta o Restaurante Popular de Lauro de Freitas como inaugurado, mas em construção, cuja conclusão – até espero que tenha sido um lapso do deputado Roberto Muniz e que ele venha aqui se desculpar, pois é de Lauro de Freitas e, por já ter sido prefeito, deveria ter visitado a obra – deverá ocorrer em agosto.

A prefeita até mandou que eu convidasse o nosso colega Roberto Muniz, o deputado Leão e os seus correligionários para almoçarmos lá em agosto, logo na inauguração desse restaurante.

Olhem o que está escrito nesta revista: “Em fase de conclusão, o Restaurante Popular, construído em parceria com o governo federal, dentro do programa de redução da fome, vai fornecer 3 mil refeições/dia”. Portanto o deputado Roberto não leu este texto nem foi olhar a obra. Parece que ele começou a campanha apenas aqui na tribuna, pois não está caminhando pelas ruas de Lauro de Freitas.

Reafirmando o que já falei, quero deixar claro o que é novo naquele município: em primeiro lugar, a transformação do modo de se governar, tendo em vista que agora se administra com a participação popular.

E estão aqui alguns do êxitos alcançados: Orçamento Participativo implantado; eleição direta para diretores e vices; escolas municipais preocupadas com as necessidades; abastecimento de água na região de Quigoma, que não tinha; Coordenação de Saúde da População Negra; Centro de Referência no Atendimento à Mulher Vítima de Violência; creches públicas em Itinga e Portão; SAMU; agências dos Correios lá em Itinga; Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres; Universidade Pública Municipal; atendimento dia e noite no posto médico de Areia Branca; CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial; turma de educação integral, para a criança ficar o dia inteiro na escola; Programa de Diagnóstico e Acompanhamento de Hemoglobinopatias e Anemia Falciforme.

Estou com os óculos emprestados pela deputada Virgínia, por isso posso cometer alguns deslizes. Vamos adiante: atendimento odontológico 24 horas; equipe de salva-vidas,

que não havia; Divisão de Políticas Públicas para a Juventude; Departamento de Promoção da Igualdade Racial; Policlínica na Vila Praiana; incentivo ao artesanato; regulamentação dos mototaxistas, coisa que pouquíssimos – talvez nenhum – municípios da Bahia têm; Controladoria Geral do Município; regulamentação da Guarda Municipal; Promuni, para concessão de bolsa de estudo integral; conselhos municipais de política urbana, educação e promoção da igualdade racial; Projeto Carinhoso implantado, principalmente, em Areia Branca; sistema de publicação oficial dos atos administrativos; Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte; incorporação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias à estrutura administrativa da prefeitura, oficinas destinadas às baianas de acarajé, pólo de capoeira, bancos de alimentos em Portão, cooperativa de catadores de lixo, portal da cidadania. Há algumas coisas que já estão em andamento. Por exemplo, a agência do INSS já está lá, Farmácia Popular Primeira já está funcionando, o CEO – Centro de Especialidades Odontológicas. E mais, a Usina de Asfalto, virá o restaurante popular, como já coloquei, a agência da Caixa Econômica de Itinga.

Portanto, deputado Roberto, realmente, essa administração da companheira Moema Gramacho é uma referência para o Estado da Bahia. Ela mudou a cara do município de Lauro de Freitas. Podemos, inclusive, aqui usar a revista para divulgar bem mais coisas que foram feitas. Em relação à moradia popular, por exemplo, nunca se construíram tantas casas para a população pobre como em Lauro de Freitas hoje. Em relação à urbanização do município, nunca se pavimentou tanto como agora. Não é à toa que as pesquisas de opinião demonstram que existe uma evolução sistemática da aceitação da administração da prefeita Moema Gramacho.

Agora, é fato que encontramos o município, e eu não quero aqui achar culpados, em uma situação difícil de se administrar. Como coloquei, até pela forma como a cidade tem evoluído, foi uma cidade difícil realmente de se administrar. É uma cidade que cresce em ritmo quase que descontrolado. É uma população que avança bastante. No entanto, o compromisso dessa grande companheira, o compromisso dessa grande guerreira, que foi uma grande sindicalista, uma grande parlamentar que se revela hoje como uma das melhores prefeitas do Estado da Bahia e do Brasil, faz com que a cara de Lauro de Freitas hoje seja outra.

Entendo que, inclusive havia um prefeito da minha cidade que usava muito essa frase e vou aqui plagiá-lo, “trabalho sério não pode parar”. Acho que a prefeita Moema Gramacho terá a sua administração reconhecida no momento em que a população de Lauro de Freitas for julgar aquela administração. Por quê? Lauro de Freitas avançou em relação à saúde; Lauro de Freitas avançou em relação à saúde pública; Lauro de Freitas avançou em relação à sua infra-estrutura básica; Lauro de Freitas avançou em relação ao desenvolvimento cultural; Lauro de Freitas avançou em relação ao combate às desigualdades sociais; Lauro de Freitas avançou em relação a uma administração mais moderna, mais eficiente, mais transparente, mais participativa, Lauro de Freitas avança em relação à humanização do serviço público.

Portanto, entendo que na verdade o deputado Roberto Muniz não teve, até porque o conheço, é um deputado por quem tenho o maior respeito, tenho o maior carinho, deputado

competente, ele não teve aqui a intenção de falar algumas coisas simplesmente para criticar. Talvez, algumas questões tenham sido colocadas aqui por desconhecimento. Talvez algumas pessoas tenham chegado para o deputado e “assobiado”, e devido à candidatura nós terminamos vindo aqui para nos expressarmos, como eu, inclusive, já fiz algumas vezes. Mas eu queria dar o aparte ao deputado Roberto Muniz.

O Sr. Roberto Muniz:- Deputado Paulo Rangel, tenho um respeito muito grande por V.Ex^a e admiração também. Sei que V.Ex^a está numa missão espinhosa de defender o indefensável. Eu não falei da revista, falei do jornal. E no jornal está muito claro que estão sendo oferecidas três mil refeições por dia. Mas se o senhor achar que a inauguração em agosto é a mesma coisa, não há problema, pode dizer que são obras de verdade que estão sendo feitas. O que o senhor tem a dizer sobre o Estádio do Centro? Aqui está colocado: “Reforma do Estádio do Centro”. Eu mostrei as fotos a V.Ex^a dizendo e mostrando que não há um só operário trabalhando, então as obras não estão nem em andamento, muito menos concluídas, como está dito aqui. Eu não falei da revista. Mas poderemos, amanhã, debater a revista. Não vai ser possível porque talvez votemos a LDO. Mas, de qualquer maneira, deputado, sei da dificuldade que o senhor tem em fazer a defesa. Eu não estou atacando a prefeita Moema Gramacho, ex-colega nossa, mas acho que o que eu estou querendo esclarecer é que não é preciso usar os recursos públicos para colocar esse tipo de anúncio, porque não informa, mas desinforma o cidadão.

Mas quero parabenizar V.Ex^a, porque é assim que se faz o grande embate democrático. E já que não temos condição para amanhã, quem sabe em agosto? Só não quero que seja igual a Pituáçu. Só queria que V.Ex^a trouxesse a informação de quanto tempo tem essa obra lá, se é uma obra que tem seis meses, 12 meses, um ano e meio. Também não sabemos, porque a obra se arrasta há muito tempo. Não pode ser igual a Pituáçu, que já está na terceira data de inauguração, e a torcida do Bahia ainda sofre muito com a falta desse estádio.

O Sr. PAULO RANGEL:- Deputado, agradeço o aparte de V.Ex^a, mas eu queria dizer que não estou em missão espinhosa nenhuma. Nada mais fácil do que defender a administração da nossa companheira Moema Gramacho. Nada mais fácil! Basta passar por Lauro de Freitas para notar mudanças. A inovação é explícita. Agora, pergunto: há quanto tempo V.Ex^a não está caminhando pelas ruas de Lauro de Freitas? Sei que vai caminhar bastante, vai se informar. Talvez a informação sobre o estádio seja mais uma informação equivocada que chegou a V.Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nós, da Oposição, estamos na árdua tarefa de fazer essa obstrução regimental em solidariedade aos serventuários da Justiça.

Há pouco, o sindicato decidiu manter a greve e declarou publicamente a sua decepção com a intransigência do governo para negociar. Salvo engano, essas negociações têm-se dado na Secretaria de Relações Institucionais. Com certeza, se fossem tratadas com a primeira-dama, dona Fátima Mendonça, as coisas estariam muito mais adiantadas, porque a intransigência com a questão dos servidores tem sido a marca desse governo.

Fico, às vezes, espantado com os discursos que ouço aqui da tribuna, principalmente dos ilustres deputados que compõem a Bancada do PT, como se estivéssemos vivendo um momento totalmente diferente na Bahia, como se estivéssemos vivendo uma democracia escandinava, como se estivéssemos na Noruega, na Suécia, na Dinamarca ou na Finlândia. Todas as negociações tratadas com os servidores foram penosas, marcadas pela intransigência, marcadas pelo rompimento do diálogo.

Vem aqui a Bancada do PT dizer que esse é um governo democrático, popular e marcadamente de origem sindicalista. Sim, de origem sindicalista ninguém pode negar, mas certamente do novo peleguismo que se instalou no Brasil e que floresce em muito na Bahia. Assim foi com os professores, com a categoria do magistério que foi obrigada a uma greve de mais de 60 dias, o que levou à perda do ano letivo de 2007. A Bahia, deputado Líder, não cumpriu a carga horária que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação exige; a Bahia não cumpriu essa carga horária que já é uma das menores do mundo. A educação na Bahia realmente tem sofrido muito com a administração do governador Jaques Wagner.

A mesma coisa se deu com a categoria dos policiais. Tivemos primeiro com os delegados, as negociações se arrastaram, não recebiam os delegados, e a tal mesa de negociação nunca passou de um verdadeiro engodo, como todas as atitudes marqueteiras do governo. O governo do PT é muito bom no marketing, haja vista o anúncio de obras que não foram ainda iniciadas. Não conheço um precedente desse no Brasil, em que se anuncia o que está no projeto e enchem a cidade de *outdoor*, as televisões, os jornais e as revistas. Foi assim com os policiais, e tivemos aí uma longa greve da Polícia Civil. A Polícia Militar não entrou em greve, mas os efeitos da atitude da Polícia Militar são muito piores do que uma greve. O que tem acontecido? O policial militar simplesmente, deputado Ferreira Otomar, cruzou os braços. Aí está uma das causas do alarmante aumento no índice de violência em nossa cidade, e ninguém fala isso. As estatísticas tão bem trabalhadas pelo nobre Líder Waldenor Pereira não atingem a área de segurança.

Aqui fica um desafio para, no mês de agosto, V.Ex^a nos brindar com estatísticas referentes ao aumento do índice de violência na Bahia. E assim com outras categorias, como agora os concursadas da Polícia Militar, como aqueles jovens sofreram! Quantas e quantas vezes aqueles jovens passaram toda a tarde e o início da noite nesta Casa reivindicando o direito líquido e certo.

Como é que este é o governo do diálogo e da democracia se em questões tão simples e pueris o governo não consegue encontrar uma solução?

É verdade que a Bancada da Oposição, hoje a oposição, que foi até pouco tempo atrás a Bancada da Situação, não tinha canais de diálogo com esses movimentos. E isso acabou se refletindo na Assembléia, já que os antigos defensores dessas categorias, os

antigos interlocutores desses movimentos sociais não têm hoje mais legitimidade para conversar com essas categorias.

E o que é que isso reflete na Assembléia? Reflete que cada vez mais temos uma Assembléia esvaziada do seu imenso potencial de ser a grande Casa de resolução dos conflitos e das diversas demandas da sociedade. Hoje, a bancada do governo não tem mais legitimidade para conversar com esses movimentos e a Oposição ainda não tem dentro desses movimentos os canais necessários para que se estabeleça um diálogo.

Os movimentos sabem que não contam com a solidariedade efetiva da Bancada do governo na resolução dessas crises. Quanto à Oposição ainda têm um certo preconceito, apesar de que com o imobilismo da Bancada do governo na solução desses problemas, cada vez mais a nossa legitimidade e credibilidade tem aumentado entre eles.

Então, volto a dizer que a obstrução que fazemos é no sentido de que possamos dar aos serventários da Justiça a esperança de que até a próxima segunda-feira o governo dê uma posição a respeito dessa solicitação, dessa reivindicação, que na verdade não é uma reivindicação deles, mas um pleito do Poder Judiciário da Bahia.

Por isso, continuaremos aqui até enquanto as cordas vocais suportarem, defendendo a necessidade de que não se vote a LDO hoje e, conseqüentemente, o Poder Legislativo não entre em recesso.

Deputado J. Carlos, V.Ex^a que é um dos mais legítimos representantes do povo de Salvador deve estar, como estou, muito feliz por amanhã a gente poder desfrutar e admirar o sol que brilhará mais que no dia de hoje. E brilhará mais do que no dia de hoje porque no Dois de Julho até o sol é brasileiro. Esta é uma data importantíssima para a Bahia e para o Brasil, é a data da verdadeira independência do Brasil. Deveria ser feriado nacional, deveria ser um dia comemorado em todos os estados brasileiros.

Foi no dia 2 de julho de 1923 que conseguimos com o sangue de negros, índios e europeus que já se consideravam brasileiros, expulsar as tropas de Madeira de Melo, essas bravas tropas brasileiras, a primeira tropa brasileira comandada pelo General Labatut. Por isso, estaremos amanhã, a Bancada da Oposição, participando como fazemos todos os anos, do desfile em homenagem ao 2 de Julho, aos heróis do 2 de Julho, reconstruindo, reconstituindo o antigo trajeto que os verdadeiros brasileiros fizeram na tarde de 2 de julho de 1823, comemorando a expulsão das tropas portuguesas da Bahia. Estaremos lá, acompanhando o ex-governador Paulo Souto e o deputado federal ACM Neto, sempre participamos, não estaremos lá apenas pelo oportunismo político de muitos que não têm nenhuma identidade com esta terra nem com as suas tradições, muito menos, com sua história.

Estaremos amanhã, no 2 de Julho, como sempre fizemos, antes, na companhia do senador Antonio Carlos Magalhães e, hoje, acompanhando o ex-governador Paulo Souto e o deputado federal ACM Neto, este que é um verdadeiro soteropolitano, um jovem que carrega Salvador no seu coração e as tradições desta cidade, que sabe reconhecer que Salvador é uma capital ímpar, não é uma cidade como outra qualquer, é uma cidade que tem personalidade, como outras cidades, como Nova York, Paris e Londres.

Além de ter uma personalidade, esta cidade também carrega nas suas ladeiras, no seu calçamento, o sangue do povo negro, dos índios e de europeus, que construíram uma cidade marcada pela diversidade, uma cidade do entendimento, uma cidade porto aberto para o mundo. O deputado ACM Neto tem essa consciência sobre o papel da Cidade do Salvador na história da formação do povo brasileiro. É por isso que o deputado ACM Neto aparece nas pesquisas liderando a corrida sucessória.

Temos certeza, Sr. Presidente, de que o povo de Salvador, ouvimos isso nas ruas da cidade, vê no deputado ACM Neto o único nome, no momento, capaz de trazer Salvador para a sua vocação original, de ser a capital do Atlântico Sul, a Roma Negra e a Lisboa dos Trópicos, para que esta cidade possa voltar a ter importância nacional e internacional, para que esta cidade não se submeta ao abandono em que se encontra, para que esta cidade não se limite a apenas obras de fachada, que beneficiam os bairros ricos e não trazem mudanças estruturais na vida da cidade.

O deputado ACM Neto tem se preparado para essa difícil, importante e urgente tarefa de trazer Salvador para a sua vocação original, apresentando uma proposta moderna, revolucionária e que, com certeza, incentivará e resgatará a estima do soteropolitano. Por isso, Sr. Presidente, amanhã, todos nós juntos, da Oposição, iremos da Lapinha ao Terreiro de Jesus, homenageando aqueles heróis que derramaram o seu sangue e deram a sua vida por essa grande causa.

A deputada Maria Luiza reclama que precisamos adiantar a votação para dormir cedo e estar cedo na Lapinha. Deputada, é porque nós estamos no clima que aconteceu há 200 anos, em que os baianos passaram a noite do dia 1º para o dia 2 comemorando e fazendo um grande baile no Campo Grande.

Então, nós, da Oposição, já estamos nesse clima. E se for preciso, deputado Heraldo Rocha, sairemos daqui diretamente para o Largo da Lapinha, para render homenagens a Maria Quitéria e aos caboclos.

Era isso. Atendendo ao apelo dos deputados, encerro o meu discurso, reafirmando a minha tristeza devido à intransigência do governo quando trata das causas do servidor público estadual.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Javier Alfaya, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Presidente, não se trata de obstrução, trata-se de fazer justiça. A ex-deputada e atual prefeita de Lauro de Freitas, em minha opinião, foi atacada aqui de maneira absurdamente injusta por alguns colegas deputados. Eu admito a divergência teórica, a divergência programática, a divergência política, mas tive que atender a apelos, deputado Waldenor, do próprio gabinete da companheira Moema, de lideranças do governo na Prefeitura de Lauro de Freitas e de lideranças populares, que telefonaram para mim e perguntaram: “Javier, ninguém vai falar nada em relação a Lauro de Freitas?”

Eu recebi algumas centenas de votos em Lauro de Freitas. O deputado Paulo eu sei que é uma pessoa muito importante para nós, porque tem uma forte votação na região do Rio São Francisco. Eu tenho uma grande votação em Lauro de Freitas, e terei uma grande votação no município nas próximas eleições. Nós vamos disputar para valer o espaço na Câmara de Vereadores, e estamos construindo o partido ao lado da companheira Moema Gramacho, construindo uma das mais importantes administrações de vanguarda em nosso Estado. Não se trata apenas de fazer coisas com certo valor quantitativo. Acho que a administração de Caetano, em Camaçari, e a de Moema, em Lauro de Freitas, são expressões do que há de mais avançado em termos de propostas administrativas para a gestão municipal, inclusive em nível nacional.

A ex-deputada Moema Gramacho, agora, prefeita de Lauro de Freitas, ganhou o prêmio de Melhor Prefeita das Américas e esta Casa nem sequer registrou direito essa conquista. Acho que é importante dizer isso com todas as letras, porque ficamos aqui em função de um procedimento na discussão de projetos que eu, pessoalmente, considero esdrúxulo, nessa relação de usar o debate para a obstrução, que acaba resultando nisso: temos que ficar horas a fio ouvindo injustiças, avaliações completamente extemporâneas e equivocadas, inclusive em relação a nós mesmos. Alguns de nós sofremos ataques pessoais aqui - não foi o caso do deputado Muniz, mas o de outros deputados que se referiram a nós -, e somos condenados ao silêncio por uma norma esdrúxula.

Acho que este é o momento certo para a revisão do Regimento, deputado Arthur Maia, V.Ex^a que vive interessado nesse assunto. Temos que rever, limitar e acabar esse tipo de procedimento. Se já fosse assim, não teríamos um Legislativo tão lento como o que temos. Ainda somos um Legislativo lento, ainda somos um Legislativo que está abaixo das necessidades e das expectativas do povo da Bahia, embora tenhamos tido grandes avanços sob a presidência do companheiro Marcelo Nilo, e com a nossa Maioria aqui.

Eu falo muito rápido, e não vou usar sequer 4 minutos para dizer que a administração de Moema Gramacho merece nossa admiração. E essa revista é um breve balanço de sua gestão. Acho até que é pouco ante o que ela conseguiu realizar com todas as dificuldades que tem aquele município, que já passou pela gestão do nobre colega Muniz, que fez algumas coisas importantes, mas que, comparadas com as que Moema está fazendo e que já se transformaram em conquistas significativas, são pequenas para os avanços que o município já alcançou.

Encerro dizendo, deputado, que diferentemente do que disse aqui o deputado João Bacelar, também vamos estar amanhã no 2 de Julho, diferentemente da década de 70, quando eu era estudante, e da década de 80, quando éramos perseguidos pela Polícia Militar de ACM, pela *Savak*. V.Ex^a era sindicalista e deve se lembrar o que era a *Savak*. *Savak - Sazman-i Amniyat va Ittila'at Kishvar* (Organização Nacional para a Segurança e as Informações) era o nome da polícia secreta do xá do Irã. Como, aqui na Bahia, a P2 da Polícia Militar era mobilizada para dar pancada nos estudantes no dia 2 de Julho, a gente batizou-a de "*Savak*". Os sindicalistas, os estudantes, os lutadores em prol da democracia, a geração da Escola de Direito, da época de Arthur Maia, têm conhecimento disso.

Amanhã, o 2 de Julho vai ser uma festa da democracia, porque estará sob a nossa direção, sob a direção do governador Wagner, e vamos ter acesso ao Campo Grande, deputada Marizete, porque, nos anos anteriores, quando éramos Oposição, participávamos no final da fila no desfile da manhã, porque no desfile da tarde as grades do Campo Grande eram fechadas para a Oposição.

Mas amanhã todos nós estaremos lá ao pé da cabocla e do caboclo, nós do governo e também eles da Oposição, os mesmos que, até dois anos atrás, não nos deixavam entrar no Campo Grande, no 2 de Julho, dia da independência da Bahia. Amanhã, deputado J. Carlos, o movimento sindical, os partidos progressistas, os movimentos estudantis, os movimentos sociais da Bahia, os movimentos do avanço da democracia na Bahia, junto com Maria Quitéria, estarão saudando o dia da democracia da Bahia e do Brasil.

Muito obrigado, deputado Waldenor, pela sua compreensão, pois sei que V.Ex^a gostou muito do meu discurso. Agradeço-lhe a atenção, a cara de satisfação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra ao nobre deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, deputado J. Carlos, quanta honra tê-lo na presidência dos trabalhos! V.Ex^a não tem perfil de deputado, mas de senador da República. Mas o deputado Javier Alfaya esqueceu-se do tempo do nosso querido professor Roberto Santos, que, quando governador, pôs os cachorros para atacar Ulysses Guimarães, no Campo Grande. Não fomos nós, não, foi o professor Roberto Santos, que hoje faz parte dessa colcha de retalhos que dá apoio ao governo. V. Ex^a se lembra disso! Gosto muito do professor Roberto Santos, tenho-lhe admiração, mas foi ele quem botou os cachorros para Ulysses correr, foi ele, não fui eu!

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, lia, hoje, com atenção, pela manhã, quando cheguei de viagem, as declarações da Exm^a Sr^a Primeira-Dama do Estado, deputado Sérgio Passos. Ela jogou duro com o prefeito João Henrique dizendo que ele não fez nada. Agora, pergunto-me: quem era o titular da pasta da Saúde de Salvador? Ele era de que partido? Quem era o titular, deputado Zé das Virgens, da pasta da Saúde do governo João Henrique? Era do PT. Quem era o titular da área da Educação? Ney Campello, do PCdoB. Os partidos de esquerda, a força da esquerda, PT, como disse D. Fátima, que é a voz forte deste governo, tendo tomado o lugar do primeiro-ministro, Rui Costa, que não está dando para chegar nada e não atende nem os telefonemas dos deputados. Ele está muito importante e é o candidato mais forte do governo a deputado. Dizem que quem quiser conseguir obras tem que ser aliado de Rui Costa. Até o prefeito daquele lugar que você citou hoje disse que é ligado e que já está votando em Rui Costa para deputado deputado federal. Aquele lugar em que íamos fazer um acordo e não fizemos.

Este é o senador da República, esse deputado Edson Pimenta é um craque, é um craque! Chega aqui, fala com todo o mundo, domina este Plenário. Enquanto o pobre do deputado Álvaro Gomes está discutindo com os servidores e os serventuários da Justiça a

dizer-lhes que não se vai votar o Plano de Cargos e Salários deles, o deputado Edson Pimenta está com a Fetag, com avião, com carro pelos interiores da vida. Onde passo dizem-me assim: “ O senhor conhece o deputado Edson Pimenta?”. Aí eu digo que é ele é meu colega aqui nesta Casa, etc.

Quando havia o Luz no Campo – agora é Luz para Todos –, ele tinha companheiros que faziam parte do conselho desse programa e ficava sabendo quando ia ser autorizada, por exemplo, a energia em Buerarema. Aí o deputado Edson ligava para o prefeito e informava. Em seguida, o prefeito daquela cidade, o meu amigo Orlando Filho – que agora está no governo –, telefonava para mim e dizia: “Deputado, o senhor não me avisou nada? O deputado Edson Pimenta disse que vai sair a luz”.

E assim ficamos só tomando de 1 x 0, chocolate. Hoje, o Pimenta dá 1 x 0 em todo mundo. Ele é o craque. Álvaro está discutindo com a Mesa de Negociação e com o Rui Costa; Javier está preocupado com o 2 de Julho, com o caboclo. Os serventuários até já disseram que vão vaiar. Estaremos lá, sairemos às 8h30min do Hiperposto em direção à Lapinha, todos de camisa azul. Vocês devem ir de camisa vermelha com a estrela no peito.

Meus colegas, passadas as brincadeiras para relaxar, porque a uma hora dessas, depois de 10 dias viajando pelo interior, deputado Waldenor, V. Ex^a tendo que receber os serventuários em Vitória da Conquista... Eu sei o que já sofri. Um dia entrei no Fórum de Macarani, e uma senhora quase me bateu mostrando uma foto na qual eu aparecia votando. Agora, com a saída do PP e do PR para o Bloco Independente, vai diminuir o número de participantes na foto.

Pois bem, eu queria dizer que este projeto Produzir III é muito importante para a Bahia, tanto que nós da Oposição vamos votar a favor, conforme orientação do Líder da nossa Bancada. E vejam que o nobre deputado Clóvis Ferraz foi um dos grandes idealizadores desse projeto – o deputado Waldenor sabe disso –, principalmente no que diz respeito ao Projeto Gavião, que se situa na região de Vitória da Conquista. É um projeto importantíssimo.

E devemos lembrar de que o Projeto Produzir foi bem administrado pelo deputado Paulo Câmera, que naquela época era o superintendente da CAR e fez um trabalho magnífico, tanto que se elegeu deputado estadual. E agora, tendo em vista que conhece esse programa, ele vai saber capitalizar essas iniciativas.

O que me entristece, nobre deputado J. Carlos, V.Ex^a sabe que tenho uma admiração muito grande pelo senhor, haja vista a sua serenidade para administrar seus votos, seu sindicato, com toda tranqüilidade, não se altera. A imprensa bateu em V.Ex^a, mas V.Ex^a não se altera, continua com seu perfil de senador, acima do bem e do mal. E aí, V.Ex^a que sabe muito bem conquistar isso, sabe que o governo está indo muito mal, V.Ex^a sabe.

Vi pesquisas de vários municípios que represento e a situação do nosso governo, deputado, vai mal. Em Itapetinga ele toma uma cacetada, porque disse lá que irá apoiar, claro, o nobre prefeito da cidade. E que o outro que foi do PT, pecuarista, deputado Arthur, que possui grandes quantidades de terra, herdou uma das maiores fazendas de Itapetinga, foi nosso candidato a prefeito, foi vice-prefeito com Dr. José Otávio, é hoje candidato do PT. Em Macarani, o candidato do PT também é um fazendeiro que cria gado POI, foi até o

deputado Waldenor que o levou para o PT, Paulo Lacerda, petista de carteirinha, militante, igual ao deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- (fora do microfone) Eu continuo mantendo a minha coerência.

O Sr. HERALDO ROCHA:- V.Ex^a continua militante, só não participa das assembleias.

Você sobe um pouco mais e aí eu digo: fulano se filiou ao PT, é o nosso candidato. Eu digo, meu Deus, essa cara não tem nenhum perfil para ser candidato do PT. Não tem história. Da varanda da fazenda do nosso amigo o meu candidato Paulo Lacerda você fica olhando o gado descer. Não conheço negócio de gado, de fazenda, quem conhece... Deputado Luiz Augusto, V.Ex^a que é um grande pecuarista, deputado Arthur, V.Ex^a não, feijão e mamona eu conheço. Sentado na varanda da fazenda do Paulo o gado desce, vai para cá, vai para lá. Eu disse, rapaz, que negócio é esse, que gado ensinado! Não era nada de gado ensinado, era cerca elétrica. O gado desce, um vai pra lá, outro vai para cá. O negócio é uma fazenda que é o método *voisin*. Li sobre isso para aprender esse negócio de girolanda, nelore, vaca holandesa.

Uma vez, na campanha com Jaiminho, Jaime Fernandes, meu amigo pessoal, presidente da ABAC, e ele dizia: Heraldo, que boi é aquele? Eu dizia,rapaz, não me pergunte esse negócio não, eu não sei. Ele especialista, como o deputado Aderbal, que conhece muito de pecuária e o cacau. Hoje, é um dos grandes representantes do cacau. Saiu de Olindina, lá de Crisópolis, para ir para a zona do cacau, e hoje domina a região do cacau. Hoje de Gandu a Teolândia, Itamari, aquilo ali tudo é dele, do deputado Aderbal.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Pois não.

Saiu direto de Olindina, onde se cria bode bom, para ir para a região do cacau. Igual a mim que uma vez fui na fazenda de meu sogro, fui a roça, e perguntei: aquele é um pé de cacau? Era um pé de bananeira e eu pensava que era cacau. Mas V.Ex^a não, V.Ex^a conhece cacau.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos votar a favor, deputado Waldenor, mais uma vez para lhe ajudar, agora. Daqui há pouco, a nossa Bancada está chegando, foi descansar, repousar, e nós estaremos obstruindo a lei de diretrizes orçamentárias.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Srs. Deputados, há um pequeno problema técnico e eu gostaria de fazer uma proposta aos Líderes. Existem aqui alguns projetos de utilidade pública para os quais os deputados Waldenor, Gildásio e Roberto Muniz pediram que as formalidades fossem dispensadas para que se vote em série esses projetos. Esses projetos têm que ser votados em dois turnos. Então a minha proposta é a seguinte: é votar o primeiro turno, convoca-se uma sessão extraordinária com o compromisso de não se usarem os tempos, vota-se no 2º turno este, e vota-se a LDO.

Então vou ler a lista dos projetos.

“Os Líderes dos Blocos da Maioria e Parlamentar, bem como o Líder do Bloco PP/PRP, com assento nesta Casa, vêm requerer a V.Ex^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que sejam apreciados de logo os seguintes projetos:

PL	n°	17.154/08	-	Dep. Marizete Pereira
PL	n°	17.155/08	-	Dep. Roberto Muniz
PL	n°	17.156/08	-	Dep. Fátima Nunes
PL	n°	17.157/08	-	Dep. Fátima Nunes
PL	n°	17.158/08	-	Dep. Fátima Nunes
PL	n°	17.159/08	-	Dep. Virgínia Hagge
PL	n°	17.160/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.161/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.162/08	-	Dep. Carlos Ubaldino
PL	n°	17.165/08	-	Dep. Misael Neto
PL	N°	17.166/08	-	Dep. Marizete Pereira
PL	n°	17.167/08	-	Dep. Zé Neto
PL	n°	17.169/08	-	Dep. Luiz Augusto
PL	n°	17.170/08	-	Dep. J. Carlos
PL	n°	17.171/08	-	Dep. Emério Resedá
PL	n°	17.180/08	-	Dep. Carlos Ubaldino
PL	n°	17.181/08	-	Dep. Marizete Pereira
PL	n°	17.182/08	-	Dep. Elmar Nascimento
PL	n°	17.183/08	-	Dep. Capitão Tadeu
PL	n°	17.184/08	-	Dep. Gilberto Brito
PL	n°	17.185/08	-	Dep. Waldenor Pereira
PL	n°	17.197/08	-	Dep. Marizete Pereira
PL	n°	17.198/08	-	Dep. Virgínia Hagge
PL	n°	17.199/08	-	Dep. Carlos Ubaldino
PL	n°	17.201/08	-	Dep. Isaac Cunha
PL	n°	17.202/08	-	Dep. Neusa Cadore
PL	n°	17.203/08	-	Dep. Neusa Cadore
PL	n°	17.204/08	-	Dep. Zé Neto
PL	n°	17.205/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.208/08	-	Dep. Eliedson Ferreira
PL	n°	17.209/08	-	Dep. Fátima Nunes
PL	n°	17.210/08	-	Dep. Ronaldo Carletto
PL	n°	17.211/08	-	Dep. Waldenor Pereira
PL	n°	17.212/08	-	Dep. Álvaro Gomes
PL	n°	17.217/08	-	Dep. Álvaro Gomes
PL	n°	17.220/08	-	Dep. Luciano Simões

PL	n°	17.221/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.222/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.223/08	-	Dep. Fátima Nunes
PL	n°	17.224/08	-	Dep. Roberto Carlos
PL	n°	17.225/08	-	Dep. Roberto Carlos
PL	n°	17.226/08	-	Dep. Carlos Ubaldino
PL	n°	17.227/08	-	Dep. Neusa Cadore
PL	n°	17.228/08	-	Dep. Edson Pimenta
PL	n°	17.229/08	-	Dep. Álvaro Gomes
PL	n°	17.231/08	-	Dep. Arthur Oliveira Mala
PL	n°	17.232/08	-	Dep. Carlos Ubaldino
PL	n°	17.233/08	-	Dep. Roberto Muniz
PL	n°	17.234/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.235/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.240/08	-	Dep. Emério Resedá
PL	n°	17.241/08	-	Dep. Carlos Ubaldino
PL	n°	17.242/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.243/08	-	Dep. Emério Resedá
PL	n°	17.244/08	-	Dep. Bira Coroa
PL	n°	17.248/08	-	Dep. Neusa Cadore
PL	n°	17.249/08	-	Dep. João Bonfim
PL	n°	17.250/08	-	Dep. Edson Pimenta
PL	n°	17.251/08	-	Dep. Joélcio Martins
PL	n°	17.252/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.257/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.258/08	-	Dep. Elmar Nascimento
PL	n°	17.259/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.260/08	-	Dep. Carlos Ubaldino
PL	n°	17.262/08	-	Dep. Ângela Sousa
PL	n°	17.263/08	-	Dep. Marizete Pereira
PL	n°	17.264/08	-	Dep. Marizete Pereira
PL	n°	17.265/08	-	Dep. Neusa Cadore
PL	n°	17.266/08	-	Dep. Emério Resedá
PL	n°	17.267/08	-	Dep. Neusa Cadore
PL	n°	17.268/08	-	Dep. Ângelo Coronel
PL	n°	17.278/08	-	Dep. Álvaro Gomes
PL	n°	17.279/08	-	Dep. Bira Coroa
PL	n°	17.280/08	-	Dep. Zé Neto
PL	n°	17.292/08	-	Dep. Yulo Oiticica

PL	n°	17.293/08	-	Dep. Zé Neto
PL	no	17.294/08	-	Dep. Emério Resedá
PL	n°	17.295/08	-	Dep. Emério Resedá
PL	n°	17.314/08	-	Dep. Fátima Nunes
PL	n°	17.315/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.316/08	-	Dep. Fátima Nunes
PL	n°	17.317/08	-	Dep. Marizete Pereira
PL	n°	17.318/08	-	Dep. Neusa Cadore
PL	n°	17.319/08	-	Dep. Neusa Cadore
PL	n°	17.320/08	-	Dep. Waldenor Pereira
PL	n°	17.321/08	-	Dep. Waldenor Pereira
PL	n°	17.322/08	-	Dep. Zé Neto
PL	n°	17.323/08	-	Dep. Edson Pimenta
PL	n°	17.324/08	-	Dep. Zé Neto
PL	n°	17.325/08	-	Dep. Roberto Carlos
PL	n°	17.326/08	-	Dep. Neusa Cadore
PL	n°	17.327/08	-	Dep. Álvaro Gomes
PL	n°	17.328/08	-	Dep. Neusa Cadore
PL	n°	17.330/08	-	Dep. Gaban
PL	n°	17.331/08	-	Dep. Joélcio Martins
PL	n°	17.332/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.333/08	-	Dep. Waldenor Pereira
PL	n°	17.334/08	-	Dep. Luciano Simões
PL	n°	17.335/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.336/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.337/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.338/08	-	Dep. Roberto Muniz
PL	n°	17.340/08	-	Dep. Yulo Oiticica”.

Estes são os projetos a serem votados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designarei o deputado João Carlos Bacelar para relatar os projetos citados.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos relatando projetos, de autoria de diversos nobres deputados e deputadas, que tratam da concessão de título de utilidade pública estadual a diversas entidades do Estado da Bahia que prestam, sem dúvida, relevantes serviços a população do nosso Estado.

Do ponto de vista da legalidade e da juridicidade nada a opor. Por isso somos favoráveis à aprovação dos projetos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em discussão o parecer do nobre relator deputado João Carlos Bacelar. Os Srs. Deputados que o aprovam no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Presidência convoca uma sessão extraordinária a realizar-se 1 minuto após o encerramento desta, com o objetivo de votar as matérias relatadas pelo deputado João Carlos Bacelar, em segunda discussão e votação, o projeto de lei 17.201/08, de procedência do Poder Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2009 e dá outras providências.

Em votação os projetos no âmbito do Plenário.

PL	n°	17.154/08	-	Dep. Marizete Pereira
PL	n°	17.155/08	-	Dep. Roberto Muniz
PL	n°	17.156/08	-	Dep. Fátima Nunes
PL	n°	17.157/08	-	Dep. Fátima Nunes
PL	no	17.158/08	-	Dep. Fátima Nunes
PL	n°	17.159/08	-	Dep. Virgínia Hagge
PL	n°	17.160/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.161/08	-	Dep. Yulo Oiticica
PL	n°	17.162/08	-	Dep. Carlos Ubaldino(Publicados no D.L.de 10/04/2008);
PL	n°	17.165/08	-	Dep. Misael Neto
PL	N°	17.166/08	-	Dep. Marizete Pereira
PL	n°	17.167/08	-	Dep. Zé Neto(Publicados no D.L.de 11/04/2008);
PL	n°	17.169/08	-	Dep. Luiz Augusto
PL	n°	17.170/08	-	Dep. J. Carlos
PL	n°	17.171/08	-	Dep. Emério Resedá ” (Publicados no D.L.de 13/04/2008);
PL	n°	17.180/08	-	Dep. Carlos Ubaldino
PL	n°	17.181/08	-	Dep. Marizete Pereira
PL	n°	17.182/08	-	Dep. Elmar Nascimento
PL	n°	17.183/08	-	Dep. Capitão Tadeu
PL	n°	17.184/08	-	Dep. Gilberto Brito
PL	n°	17.185/08	-	Dep. Waldenor Pereira(Publicados no D.L.de 17/04/2008);
PL	n°	17.197/08	-	Dep. Marizete Pereira
PL	n°	17.198/08	-	Dep. Virgínia Hagge
PL	n°	17.199/08	-	Dep. Carlos Ubaldino(Publicados no D.L.de 18/04/2008);
PL	n°	17.201/08	-	Dep. Isaac Cunha
PL	n°	17.202/08	-	Dep. Neusa Cadore
PL	n°	17.203/08	-	Dep. Neusa Cadore

	PL	nº	17.204/08	-	Dep. Zé Neto		
24/04/2008);	PL	nº	17.205/08	-	Dep. Yulo Oiticica(Publicados	no	D.L.de
	PL	nº	17.208/08	-	Dep. Eliedson Ferreira		
	PL	nº	17.209/08	-	Dep. Fátima Nunes		
	PL	nº	17.210/08	-	Dep. Ronaldo Carletto		
	PL	nº	17.211/08	-	Dep. Waldenor Pereira		
27/04/2008);	PL	nº	17.212/08	-	Dep. Álvaro Gomes(Publicados	no	D.L.de
	PL	nº	17.216/08	-	Dep. Zé das Virgens		
07/05/2008);	PL	nº	17.217/08	-	Dep. Álvaro Gomes(Publicados	no	D.L.de
	PL	nº	17.220/08	-	Dep. Luciano Simões		
	PL	nº	17.221/08	-	Dep. Yulo Oiticica		
	PL	nº	17.222/08	-	Dep. Yulo Oiticica		
	PL	nº	17.223/08	-	Dep. Fátima Nunes		
	PL	nº	17.224/08	-	Dep. Roberto Carlos		
	PL	nº	17.225/08	-	Dep. Roberto Carlos		
	PL	nº	17.226/08	-	Dep. Carlos Ubaldino		
	PL	nº	17.227/08	-	Dep. Neusa Cadore		
	PL	nº	17.228/08	-	Dep. Edson Pimenta		
	PL	nº	17.229/08	-	Dep. Álvaro Gomes		
	PL	nº	17.231/08	-	Dep. Arthur Oliveira Mala		
	PL	nº	17.232/08	-	Dep. Carlos Ubaldino		
	PL	nº	17.233/08	-	Dep. Roberto Muniz		
	PL	nº	17.234/08	-	Dep. Yulo Oiticica		
09/05/2008);	PL	nº	17.235/08	-	Dep. Yulo Oiticica(Publicados	no	D.L.de
	PL	nº	17.240/08	-	Dep. Emério Resedá		
	PL	nº	17.241/08	-	Dep. Carlos Ubaldino		
	PL	nº	17.242/08	-	Dep. Yulo Oiticica		
	PL	nº	17.243/08	-	Dep. Emério Resedá		
	PL	nº	17.244/08	-	Dep. Bira Coroa(Publicados no D.L.de 14/05/2008);		
	PL	nº	17.248/08	-	Dep. Neusa Cadore		
	PL	nº	17.249/08	-	Dep. João Bonfim		
	PL	nº	17.250/08	-	Dep. Edson Pimenta		
	PL	nº	17.251/08	-	Dep. Joélcio Martins		
	PL	nº	17.252/08	-	Dep. Yulo Oiticica		
	PL	nº	17.257/08	-	Dep. Yulo Oiticica		
	PL	nº	17.258/08	-	Dep. Elmar Nascimento		

	PL	n°	17.259/08	-	Dep. Yulo Oiticica	
20/05/2008);	PL	no	17.260/08	-	Dep. Carlos Ubaldino(Publicados no D.L.de	
	PL	n°	17.262/08	-	Dep. Ângela Sousa	
	PL	n°	17.263/08	-	Dep. Marizete Pereira	
	PL	n°	17.264/08	-	Dep. Marizete Pereira	
	PL	n°	17.265/08	-	Dep. Neusa Cadore	
14/05/2008);	PL	n°	17.266/08	-	Dep. Emério Resedá(Publicados no D.L.de	
	PL	n°	17.267/08	-	Dep. Neusa Cadore	
14/05/2008);	PL	n°	17.268/08	-	Dep. Ângelo Coronel(Publicados no D.L.de	
	PL	n°	17.278/08	-	Dep. Álvaro Gomes	
	PL	n°	17.279/08	-	Dep. Bira Coroa	
	PL	n°	17.280/08	-	Dep. Zé Neto(Publicados no D.L.de 30/05/2008);	
	PL	n°	17.292/08	-	Dep. Yulo Oiticica	
	PL	n°	17.293/08	-	Dep. Zé Neto	
	PL	no	17.294/08	-	Dep. Emério Resedá	
13/06/2008);	PL	n°	17.295/08	-	Dep. Emério Resedá(Publicados no D.L.de	
	PL	n°	17.314/08	-	Dep. Fátima Nunes	
	PL	n°	17.315/08	-	Dep. Yulo Oiticica	
	PL	n°	17.316/08	-	Dep. Fátima Nunes	
	PL	n°	17.317/08	-	Dep. Marizete Pereira	
	PL	n°	17.318/08	-	Dep. Neusa Cadore	
	PL	n°	17.319/08	-	Dep. Neusa Cadore	
	PL	n°	17.320/08	-	Dep. Waldenor Pereira	
	PL	n°	17.321/08	-	Dep. Waldenor Pereira	
	PL	n°	17.322/08	-	Dep. Zé Neto	
	PL	n°	17.323/08	-	Dep. Edson Pimenta	
	PL	n°	17.324/08	-	Dep. Zé Neto	
	PL	n°	17.325/08	-	Dep. Roberto Carlos	
	PL	n°	17.326/08	-	Dep: Neusa Cadore	
	PL	n°	17.327/08	-	Dep. Álvaro Gomes	
	PL	n°	17.328/08	-	Dep. Neusa Cadore	
	PL	n°	17.330/08	-	Dep. Gaban	
	PL	n°	17.331/08	-	Dep. Joélcio Martins	
	PL	n°	17.332/08	-	Dep. Yulo Oiticica	
	PL	n°	17.333/08	-	Dep. Waldenor Pereira	
	PL	n°	17.334/08	-	Dep. Luciano Simões	

PL n° 17.335/08 - Dep. Yulo Oiticica
PL n° 17.336/08 - Dep. Yulo Oiticica
PL n° 17.337/08 - Dep. Yulo Oiticica
PL n° 17.338/08 - Dep. Roberto Muniz
PL n° 17.340/08 - Dep. Yulo Oiticica.”(Publicados no D.L.de 02/07/2008).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Não há discussão. Não há encaminhamento. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

Por acordo de Lideranças, convocamos uma sessão extraordinária que será iniciada dois minutos após o encerramento desta para votar, em segundo turno, os projetos anteriormente citados, também o projeto n° 17.261/2008, do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2009 e dá outras providências.

Declaro encerrada esta sessão.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br>. Acesse ao caminho Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias e leia-as na íntegra.